

Do passado ao futuro: políticas públicas, incidência e sistemas agroalimentares em Juazeiro, na Bahia

Estações de Monitoramento de Políticas Públicas no Semiárido Brasileiro



Do passado ao futuro: políticas públicas, incidência e sistemas agroalimentares em Juazeiro, na Bahia

Estações de Monitoramento de Políticas Públicas no Semiárido Brasileiro



Outubro, 2025

Realização



Com apoio de



Ministério Federal da Agricultura, Alimentação e Identidade Regional

em virtude de decisão do Bundestag Alemão

Realização

IRPAA (Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada)
irpaa.org | @irpaasemiario

AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia
aspta.org.br | @agroecologiaaspta

Rede ATER Nordeste de Agroecologia
redeaterne.org.br | @redeaterneagroecologia

Brot für die Welt (Pão para o Mundo)
brot-fuer-die-welt.de | @brotfuerdiewelt

Pesquisa, sistematização e elaboração textual

Lorena Santiago Simas (IRPAA)
Diego Cesar Alves Lima-Verde (IRPAA)
Yêgo Ravel Ribeiro de Araujo Brito (IRPAA)
Alane Naiara Nunes da Silva (IRPAA)
Lealda Maria dos Santos (IRPAA)
Adriana Ferreira Nascimento (IRPAA)
André Luiz Lopes Pereira (IRPAA)
Clérison dos Santos Belém (IRPAA)

Assessoria e edição de conteúdo

Diego Cesar Alves Lima Verde

Pesquisa de dados secundários

Fernanda Castilhos França de Vasconcellos

Produção

Lorena Santiago Simas (IRPAA)
Coletivo de Comunicação da Rede ATER Nordeste de Agroecologia

Revisão editorial

Helena Dias

Projeto gráfico e diagramação

Edson Figueiredo – Z.Dizain Comunicação
Marcela de Holanda – Z.Dizain Comunicação

Revisão de texto

Sandra Faria de Resende Nascimento

Equipe do projeto Cultivando Futuros

Coordenação

Denis Monteiro
Beatriz da Silva Bohner

Assessoria Executiva

Carlos Filipe Teodoro de Oliveira

Assessoria de gênero

Adriana Galvão Freire

Assessoria metodológica

Luciano Marçal da Silveira

Assessoria de comunicação

Adriana Galvão Freire
Helena Dias
Mayara Góes
Verônica Pragana

Gestão financeira

Renato Cavalcante

Assistente administrativa

Alda Raquel Pirangy de Albuquerque

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Do passado ao futuro : políticas públicas, incidência e sistemas agroalimentares em Juazeiro, na Bahia. -- 1. ed. -- Esperança, PB : AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, 2025. -- (Estações de monitoramento de políticas públicas no semiárido brasileiro) ; 1)

Bibliografia.
ISBN 978-65-89039-47-1

1. Agroecologia 2. Agricultura familiar 3. Juazeiro (BA) - Aspectos ambientais 4. Monitoramento ambiental 5. Políticas públicas 6. Regiões semiáridas - Brasil 7. Sustentabilidade ambiental I. Série.

25-307205.0

CDD-630

Índices para catálogo sistemático:

1. Agroecologia : Desenvolvimento sustentável : Agricultura 630

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Apresentação

Os cadernos *Estações de Monitoramento de Políticas Públicas no Semiárido Brasileiro* são frutos do rico processo de pesquisa, sistematização e incidência política da Rede ATER Nordeste de Agroecologia, no contexto do projeto *Cultivando Futuros: transição agroecológica justa em sistemas alimentares do semiárido brasileiro*. Eles trazem 12 estudos de caso sobre o tema, realizados nos territórios de atuação das organizações integrantes da rede, presente em seis estados nordestinos: Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.

O foco destas publicações é fortalecer ações de incidência política e propor transformações consistentes nos sistemas alimentares do Brasil e da Alemanha, a partir do intercâmbio de conhecimentos entre os dois países. Trata-se do registro de uma experiência de cooperação internacional que demonstra como soluções locais podem contribuir para o enfrentamento de desafios globais.

O Cultivando Futuros é uma realização da AS-PTA, da Rede ATER Nordeste de Agroecologia e da organização de cooperação internacional Pão para o Mundo (Brot für die Welt, em alemão), com financiamento do Ministério Federal da Agricultura, Alimentação e Identidade Regional da Alemanha (BMLEH, na sigla em alemão). O projeto teve início em março de 2024 e vai até dezembro de 2025.

Sumário

1. Introdução	9
2. Procedimentos metodológicos	10
3. Caracterização do município de Juazeiro (BA).....	14
4. Trajetória dos sistemas agroalimentares do município	24
5. Principais avanços, desafios, temas prioritários e ações estratégicas para a incidência política no município.....	50
Bibliografia.....	55

Estações de Monitoramento
de Políticas Públicas no Semiárido Brasileiro
Estudo de caso em Juazeiro (BA)

1. Introdução

Este caderno apresenta os principais resultados de estudo de caso sobre sistemas agroalimentares do município de Juazeiro (BA), realizado entre agosto de 2024 e abril de 2025. A pesquisa em Juazeiro foi conduzida pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) e integra o projeto Cultivando Futuros: transição agroecológica justa em sistemas alimentares do semiárido brasileiro¹, uma realização da AS-PTA, Rede ATER Nordeste de Agroecologia e da organização de cooperação internacional alemã Brot für die Welt (Pão para o Mundo), com financiamento do Ministério Federal da Agricultura, Alimentação e Identidade Regional da Alemanha (BMLEH, na sigla em alemão).

Como parte do projeto, as organizações que integram a Rede ATER Nordeste desenvolveram estudos de caso nos seguintes locais: na Bahia, municípios de Valente, Pé de Serra, Juazeiro e Remanso; em Sergipe, município de Poço Redondo; no Ceará, municípios de Itapipoca e Nova Russas; no Rio Grande do Norte, município de Caraúbas; em Pernambuco, municípios de Cumaru e Ouricuri; e na Paraíba, no município de Juazeirinho e em municípios do Território da Borborema. Os referenciais metodológicos empregados na pesquisa foram debatidos em seminário da Rede ATER NE realizado em Campina Grande, Paraíba, em agosto de 2024.

O estudo de caso aqui apresentado teve como objetivos compreender a trajetória dos sistemas agroalimentares em Juazeiro, com especial atenção para o papel do Estado e das políticas públicas, e avançar na construção de uma agenda prioritária dos movimentos sociais e redes da sociedade civil para a incidência nas políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e comunidades tradicionais e à promoção da segurança alimentar e nutricional no município. Para alcançar esses objetivos, duas oficinas foram organizadas no Centro de Formação Dom José Rodrigues, a Roça do IRPAA.

¹Para mais informações sobre o projeto, ver Cultivando Futuros - Rede ATER Nordeste de Agroecologia (<https://redeaterne.org.br/projetos/cultivando-futuros/>)

2. Procedimentos metodológicos

2.1 Oficina Municipal I – Trajetória e identificação de mudanças nos sistemas agroalimentares do município

A primeira oficina foi realizada no dia 15 de outubro de 2024 e reuniu 40 participantes, todos representantes de movimentos sociais e organizações da sociedade civil². Considerando as diferentes representações, estiveram presentes 26 mulheres, 7 jovens, 10 agricultores/as, 22 integrantes de movimentos sociais, 11 representantes de comunidades tradicionais de fundo de pasto, 7 representantes da equipe técnica, 9 da equipe do IRPAA, 3 comunicadores sociais, 5 representantes do setor privado e 2 de organizações econômicas e cooperativas. A atividade teve como objetivo a descrição da trajetória e a identificação de mudanças nos sistemas agroalimentares do município, utilizando a metodologia da Linha do Tempo. Nessa metodologia, foram levantados acontecimentos e descritas as mudanças ocorridas nos seguintes eixos temáticos: atividades econômicas agrícolas; atividades econômicas não agrícolas; tipos de agroecossistemas; meio ambiente; estrutura agrária; organizações da agricultura familiar, cultura e religiosidade; conhecimento; mercados e beneficiamento; infraestruturas; ações do Estado e políticas públicas; desafios, ameaças e conflitos.

Para a reconstituição da trajetória e identificação de mudanças, a periodização adotada foi: antes de 1989; de 1990 a 1999; de 2000 a 2015; e de 2016 a 2024. Os participantes foram organizados em dois grupos, previamente definidos pela equipe do IRPAA, considerando o grau de familiaridade e a relação de cada participante com os períodos analisados. Cada grupo ficou responsável por dois períodos: Grupo 1 (antes de 1989 e 1990 a 1999) e Grupo 2 (2000 a 2015 e 2016 a 2024). Cada grupo abordou os eixos temáticos relacionados aos períodos sob sua responsabilidade. Para organizar e visualizar melhor as informações, foram utilizadas tarjetas de diferentes cores, representando os intervalos de tempo, os eixos temáticos e os acontecimentos. As tarjetas foram dispostas em papel madeira, seguindo a seguinte codificação: azul para os períodos, laranja para os eixos temáticos e amarela para os acontecimentos (Imagens 1 e 2).

As sistematizações foram apresentadas em plenária, permitindo que os participantes relacionassem os acontecimentos discutidos com as transformações no sistema agroalimentar local. A oficina possibilitou a construção conjunta de uma Linha do Tempo (Imagem 3), destacando o acesso a políticas públicas e as transformações nos processos de produção e consumo de alimentos em Juazeiro. Depois da oficina, foi realizada uma sistematização com apoio de uma matriz organizada pelos eixos temáticos e períodos. A sistematização foi apresentada e discutida em um encontro virtual, no qual também estiveram em foco os estudos realizados nos outros três municípios da Bahia³.

² **Participantes da Oficina Municipal I:** Associação Nacional de Preservação do Patrimônio Bantu (ACBANTU) Agência Chocalho, Associação Comunitária de Lagoa do Meio, Associação Comunitária de Cachoeirinha, Associação Comunitária da Fazenda Cipó, Associação Comunitária Passagem do Sargento, Casa de Abelha, Central da Caatinga, Coletivo Enxame, Comitê de Angico, Comitê da Massaroca, Cooperativa Agropecuária Familiar Orgânica do Semiárido (COOPERVIDA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Empresa Ato 1, Grupo de Agroecologia Umbuzeiro (GAU), IRPAA, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), Rede ATER Nordeste de Agroecologia, Rede Mulher, Sociedade Brasileira de Ecologia Humana (SABEH), Núcleo de Pesquisa e Estudo Sertão Agroecológico, Taltec Serviços, União das Associações do Vale do Salitre (UAVS), Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

³ Além do IRPAA, responsável pelo estudo de caso em Juazeiro, a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (Fundação APAEB) conduziu o estudo no município de Valente; em Remanso, a pesquisa foi realizada pelo SASOP; e o Movimento de Organizações Comunitárias (MOC), em Pé de Serra.

Imagem 1: grupo responsável pela análise dos períodos “antes de 1989” e “1990 a 1999”.



Fonte: acervo IRPAA (2024).

Imagem 2: grupo responsável pela análise dos períodos “2000 a 2015” e “2016 a 2024”.



Fonte: acervo IRPAA (2024).

Imagem 3: participantes da Oficina Municipal I e a sistematização da Linha do Tempo.



Fonte: acervo IRPAA (2024).

2.2 Oficina Municipal II – Fórum multiatores: análise da trajetória dos sistemas agroalimentares no município

A Linha do Tempo foi apresentada e complementada em uma segunda Oficina Municipal em Juazeiro: o Fórum Multiatores (Imagem 4), realizado em 11 de novembro de 2024, da qual participaram, além dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, representantes do setor privado e gestores/as de políticas públicas (representantes de órgãos de governo)⁴. Durante a exposição, os participantes tiveram a oportunidade de realizar ajustes e acrescentar informações, evidenciando acontecimentos que foram determinantes para as principais mudanças (positivas ou negativas) a partir do ano 2000. Após essa identificação, os/as participantes refletiram sobre quais acontecimentos têm potencial de contribuir para mudanças futuras ou, ainda, representar ameaças.

No segundo momento, o debate seguiu orientado a identificar avanços, desafios e perspectivas do contexto atual das políticas (federais, estaduais e municipais), considerando os espaços de participação social existentes e o ambiente político-institucional do município. Para isso, os participantes foram organizados em três grupos para discutir três questões orientadoras⁵.

Cada equipe debateu os temas propostos com o apoio da equipe responsável, que auxiliou na coordenação, animação e registro das discussões. Após o trabalho em grupo, as sistematizações foram apresentadas pelas equipes. No encerramento, foi realizada a leitura

Imagem 4: Fórum Multiatores – Análise da trajetória dos sistemas agroalimentares no município.



Fonte: acervo IRPAA (2024).

⁴ Associação Nacional de Preservação do Patrimônio Bantu (ACBANTU), Associação da Comunidade Caiçara, Associação da Comunidade Cachoeirinha, Associação da Comunidade Fazenda Cipó, Associação da Comunidade Passagem do Sargento, Centro de Terapias Naturais Gianni Bandi (CETGIB), Colégio de Desenvolvimento Territorial (CODETER), Comitê da Massaroca, Conselho Municipal de Desenvolvimento Social, Conselho Municipal de Meio Ambiente, Conselho Municipal de Segurança Alimentar, Escola Rural de Massaroca, Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), Núcleo de Pesquisa e Estudo Sertão Agroecológico, Prefeitura Municipal, Rede ATER Nordeste de Agroecologia, Sociedade Brasileira de Ecologia Humana (SABEH).

⁵ As seguintes questões orientaram as discussões: (i) o que é possível fazer para fortalecer as ações que existem nos territórios, as redes territoriais de agroecologia e seus dispositivos de ação coletiva?; (ii) quais as políticas públicas devem ser priorizadas para impulsionar/ fortalecer os sujeitos coletivos e os dispositivos de ação coletiva da agricultura familiar e para democratizar o acesso a alimentação saudável?; (iii) quais as prioridades de incidência política para avançar em projetos de fortalecimento da agricultura familiar, agroecologia e Convivência com o Semiárido?

de uma síntese consolidada das principais oportunidades e desafios para o futuro dos sistemas agroalimentares no município. Feita a síntese, o fórum permitiu construir uma primeira aproximação de agenda prioritária para a incidência política no município.

A agricultora Jousivane Santos (Imagem 5), representante do Comitê das Associações de Massaroca e moradora da comunidade tradicional de Fundo de Pasto Lagoa do Meio, enfatiza a importância da construção compartilhada e diversa das duas oficinas. Em suas palavras,

É uma reflexão histórica de tudo o que já aconteceu e que serve de embasamento para construir outras políticas no futuro. Foi um processo muito dinâmico e coletivo, pois envolveu pessoas de diferentes idades e trajetórias, com diversas experiências e conhecimentos, construindo de igual para igual. (Jousivane Santos)

Jousivane também ressaltou que essa construção coletiva de base é essencial, pois “quando é feita apenas pelos poderes, não é eficaz, já que não parte de uma realidade vivenciada”.

Foram realizadas apresentações dos principais resultados dos Fóruns Multiatores de Juazeiro e dos outros três municípios da Bahia em novo encontro virtual, com o objetivo de trocar impressões sobre a trajetória dos sistemas agroalimentares e as prioridades de incidência política nesses municípios.

Imagem 5: agricultora Jousivane destaca a importância dessa construção coletiva.



Fonte: acervo IRPAA (2024).

2.3 Organização e propósito da publicação

Os dados secundários de Juazeiro apresentados neste caderno foram levantados pela equipe pedagógica do projeto Cultivando Futuros, com a participação de profissionais contratados para essa finalidade.

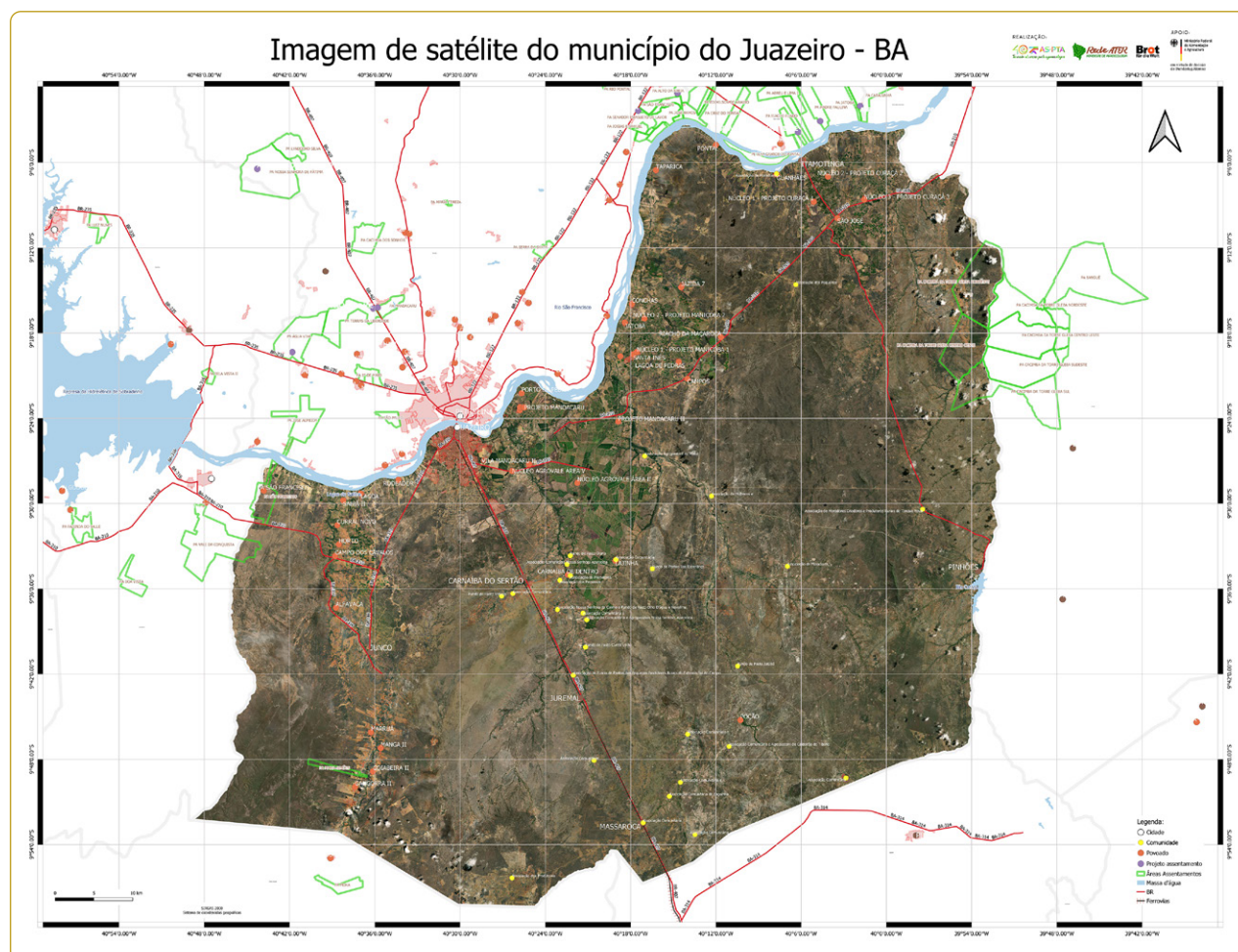
Como se pode perceber pela exposição dos procedimentos metodológicos, os estudos de caso se configuram como uma pesquisa-ação. Este caderno, portanto, deve ser entendido como instrumento de apoio à mobilização da sociedade civil e como subsídio – ou estímulo – aos debates nos espaços de participação social que tratam de políticas para a agricultura familiar e para a segurança alimentar e nutricional, seja em Juazeiro, seja nas escalas estadual e nacional.

Este estudo está organizado em cinco seções. Após a Introdução, a segunda seção descreve os procedimentos metodológicos adotados. Em seguida, a terceira seção traz uma breve caracterização do município de Juazeiro. A quarta seção aborda a trajetória dos sistemas agroalimentares locais. Por fim, a quinta seção apresenta os principais avanços e desafios identificados, além das perspectivas de temas e ações estratégicas voltadas à incidência política.

3. Caracterização de Juazeiro (BA)

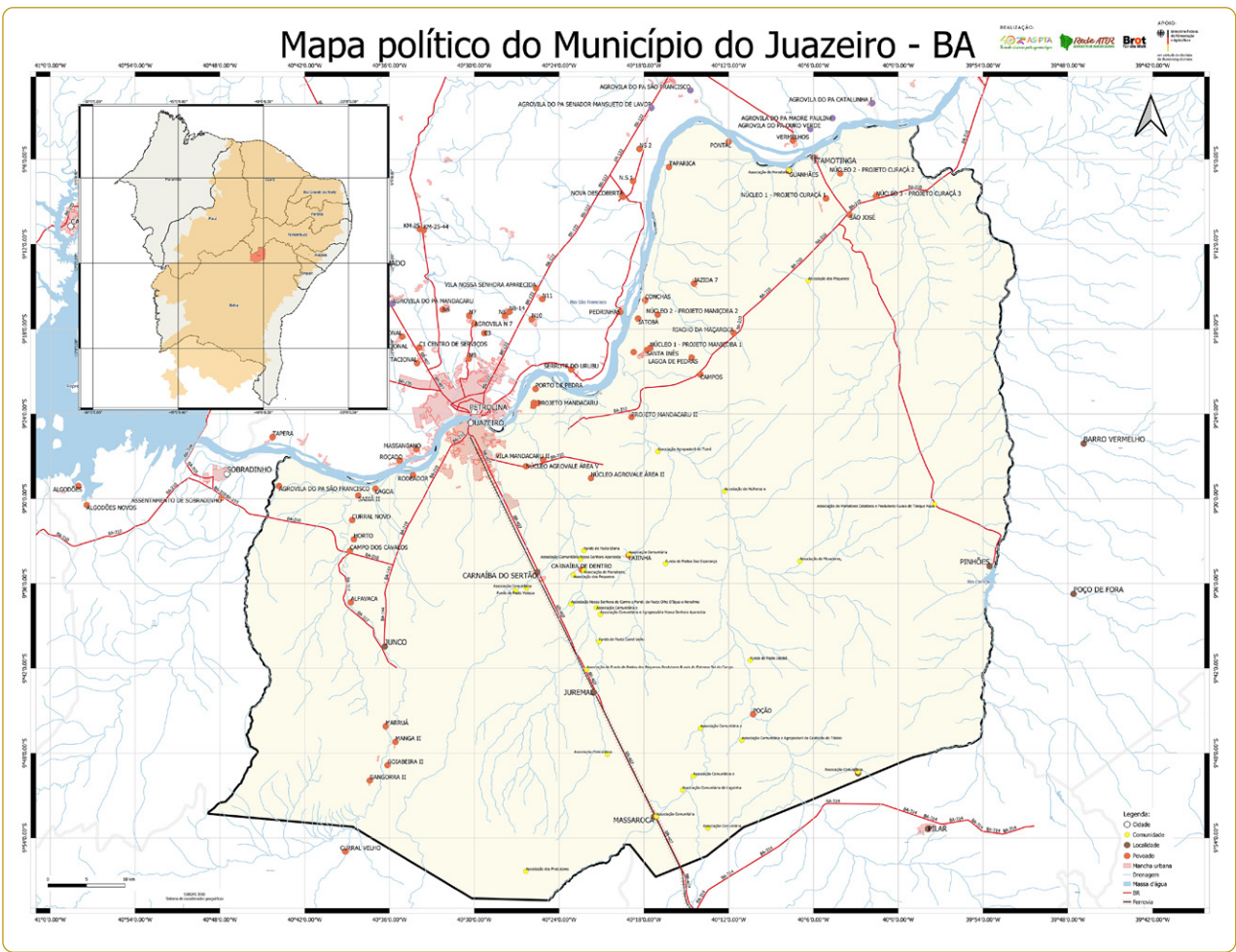
Juazeiro está localizado no Território de Identidade Sertão do São Francisco (TISSF), no centro geográfico do Semiárido, a 513 km de Salvador, capital da Bahia. O município faz limite com Campo Formoso, Curaçá, Jaguarari, Sobradinho e Petrolina (PE) e conta com sete distritos: Abóbora, Carnaíba, Itamotinga, Junco, Juremal, Massaroca e Pinhões (Mapas 1 e 2).

Mapa 1: município de Juazeiro (BA).



Fonte: elaboração dos autores com base nos dados disponíveis nos portais IBGE; INPE; SUDENE; ANA (2024).

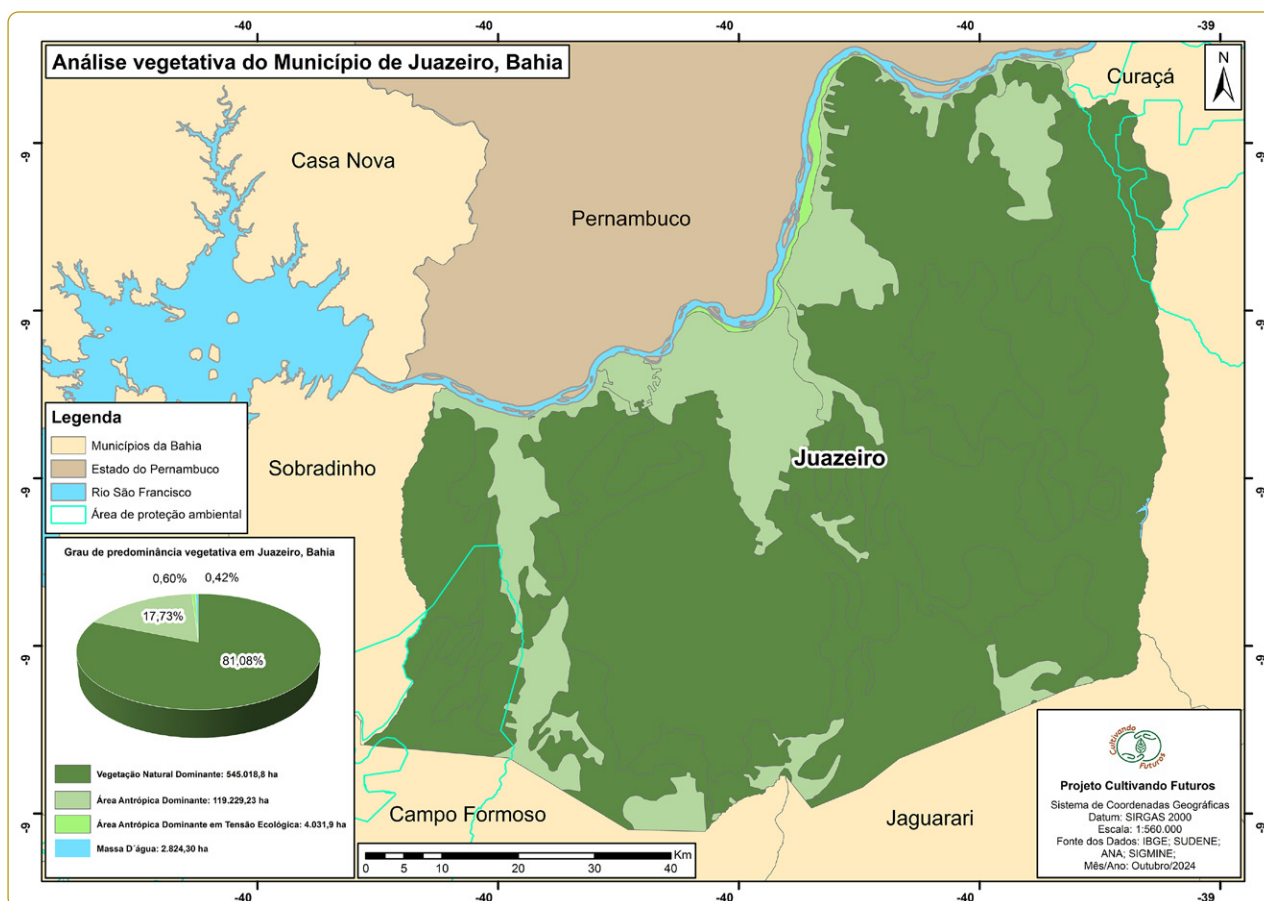
Mapa 2: mapa político do município de Juazeiro (BA).



Fonte: elaboração dos autores com base nos dados disponíveis nos portais IBGE; INPE; SUDENE; ANA (2024).

O município de Juazeiro está inserido no bioma Caatinga, exclusivo do Brasil, e apresenta clima tropical quente semiárido, com temperatura média anual de 26 °C. A precipitação média anual é de 425,2 mm, concentrando-se entre novembro e março. Os solos do município de Juazeiro são classificados como vertissolos, aluviais, cambissolo, litólicos eutróficos, podzólico vermelho-amarelo eutrófico e regossolo distrófico, com permeabilidade lenta ou muito lenta e baixa condutividade hidráulica. Juazeiro apresenta uma cobertura de 81,08% de vegetação natural dominante, 17,73% de áreas antrópicas dominantes, 0,60% de áreas antrópicas em tensão ecológica (áreas que apresentam uma mistura de regiões modificadas por ação humana e remanescentes de vegetação nativa) e 0,72% de massa d'água (Mapa 3).

Mapa 3: predominância da cobertura vegetal no município de Juazeiro (BA).

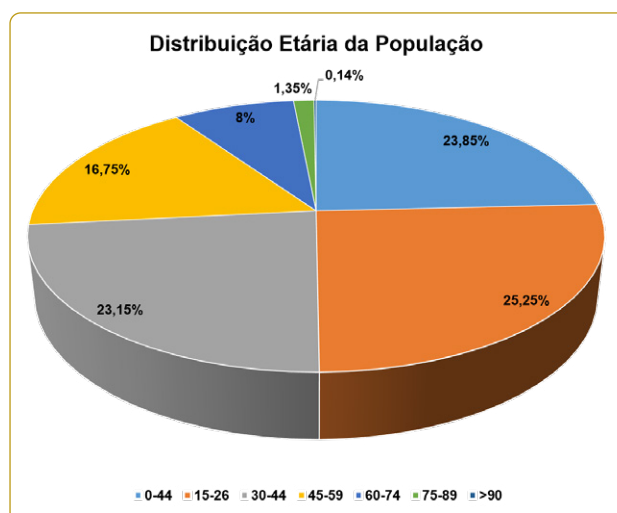


Fonte: elaboração dos autores com base nos dados disponíveis nos portais IBGE; INPE; SUDENE; ANA (2024).

Com uma área de 6.721,237 km², Juazeiro é o 12º maior município em extensão territorial entre os 417 da Bahia (IBGE, 2023). Segundo o Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população é de 237.821 habitantes, ocupando a 5ª posição no estado em número de habitantes, o que resulta em uma densidade demográfica de 35,38 habitantes por km². No contexto do TISSF, Juazeiro é o quarto maior município em extensão territorial e o mais populoso entre os dez municípios.

A população do município é majoritariamente jovem-adulta, com 72,2% das pessoas entre 0 e 44 anos (Gráfico 1). A distribuição entre mulheres (51,2%) e homens (48,8%) é bastante equilibrada, enquanto a

Gráfico 1: faixa etária da população de Juazeiro (BA).

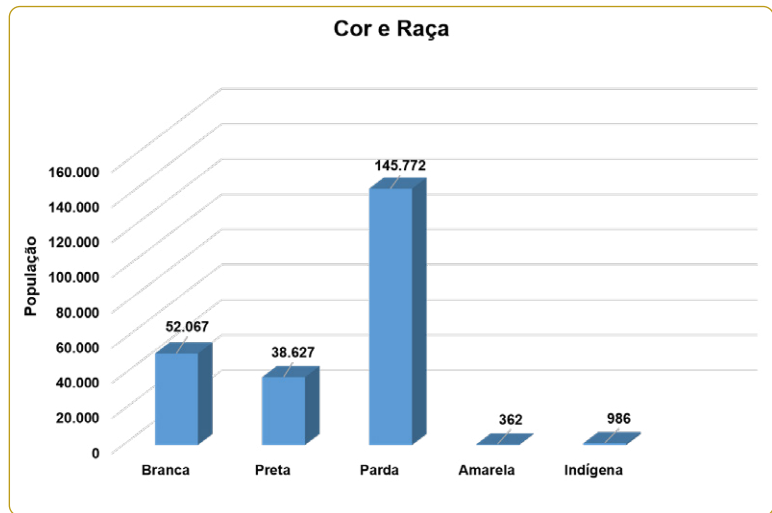


Fonte: Censo Demográfico (2022).

Adaptação: Projeto Cultivando Futuros (2024).

composição étnico-racial (Gráfico 2) reflete a diversidade local: 77,5% se autodeclararam pretos ou pardos; 21,9%, brancos; 986 pessoas se autodeclararam indígenas; 362 pessoas, amarelas. A maioria da população, 202.653 pessoas (85,2%), vive na zona urbana, mas uma parcela significativa, 35.168 pessoas (14,8%), permanece na zona rural. Entre os habitantes, há 2.540 pessoas pertencentes a populações quilombolas (IBGE, 2022).

Gráfico 2: distribuição da população de Juazeiro (BA), por raça/cor.

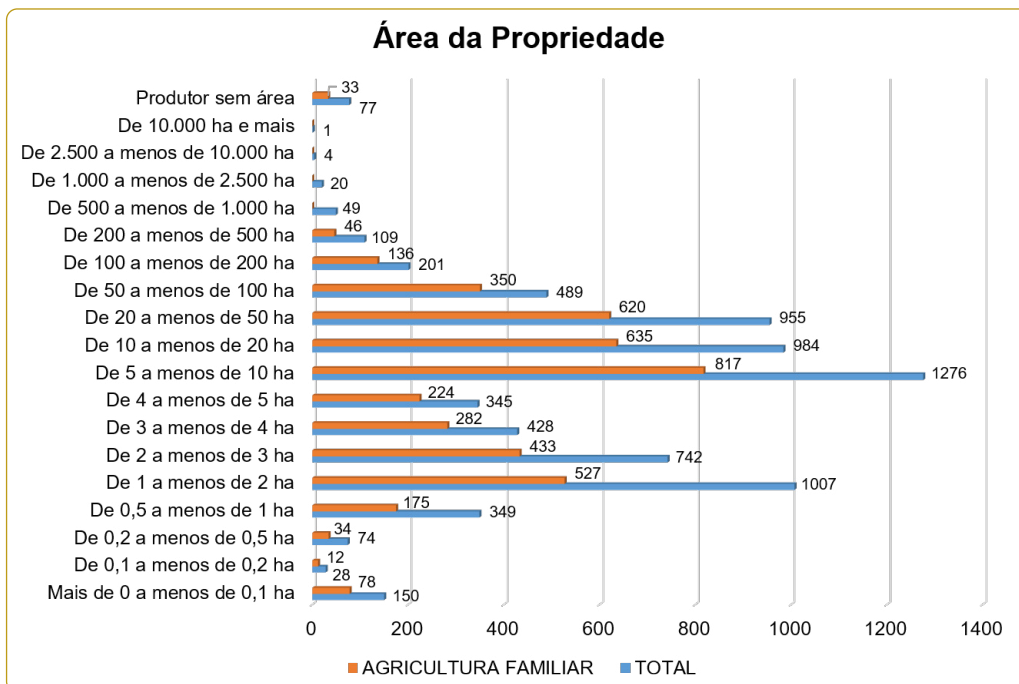


Fonte: Censo Demográfico (2022). | Adaptação: Projeto Cultivando Futuros (2024).

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017 (Gráfico 3),

Juazeiro possui 7.288 estabelecimentos agropecuários, dos quais 4.402 (60,4%) são da agricultura familiar. A maioria das propriedades, 6.338 (87,0%), tem entre mais de 0 e menos de 50 hectares, sendo que 5.383 (85,0%) desse grupo não ultrapassam os 20 hectares – dados que evidenciam a predominância de pequenas unidades produtivas. Sobre a relação dos agricultores com a terra, a maior parte, 6.201 (85,0%), é proprietária. Além disso, há 285 concessionários ou assentados que aguardam a titulação definitiva e outras formas de acesso à terra, como arrendatários (132), parceiros (191), comodatários (338), ocupantes com justo título ou

Gráfico 3: tamanho das propriedades rurais em hectares no município de Juazeiro (BA).

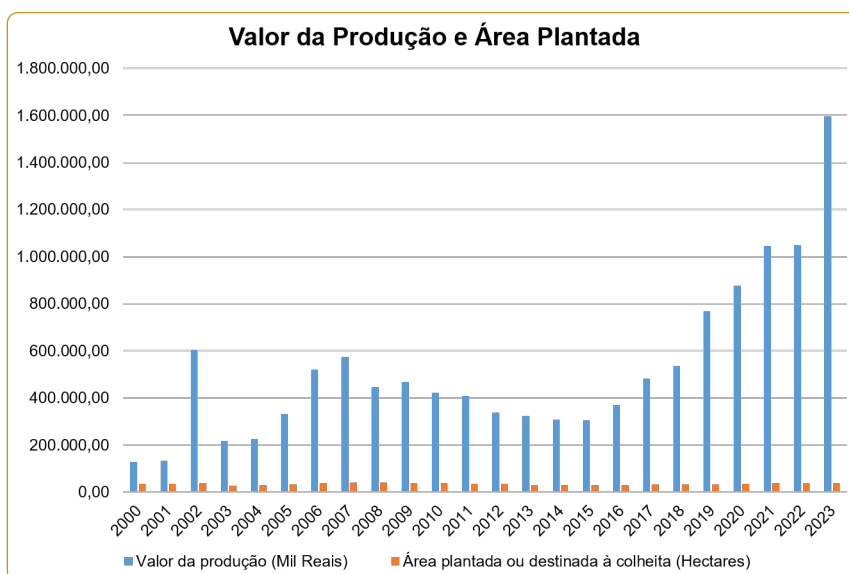


Fonte: Censo Agropecuário (2017). | Adaptação: Projeto Cultivando Futuros (2024).

simples ocupação (64) e até 77 produtores sem área⁶. Do total, 4.676 estabelecimentos são destinados à irrigação. O município também se destaca pela grande extensão de áreas devolutas, que representam aproximadamente 86% do território (Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, 2008).

Segundo dados da Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2023), a produção agrícola em Juazeiro, entre 2000 e 2023, apresentou variações consideráveis (Gráfico 4). De 2000 a 2002, o valor da produção cresceu 377%, enquanto a área plantada teve variação de 3,65%. Após uma redução no valor da produção entre 2002 e 2003 (-64,2%), houve novo crescimento, atingindo 72,5% em 2007, movimento que acompanhou o aumento de 23 % na área plantada. Entre 2010 e 2015, o valor da produção registrou queda de 28,0%, enquanto a área manteve variação semelhante. A partir de 2016, a produção seguiu tendência de alta, superando R\$ 1 milhão em 2021 (183,6%) e alcançando o maior valor da série em 2023. No período analisado, o valor da produção aumentou cerca de 1.161,1%, enquanto a área plantada apresentou variação de 4,8%.

Gráfico 4: valor da produção e área plantada no município de Juazeiro (BA).



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2023).
Adaptação: Projeto Cultivando Futuros (2025).

⁶**Concessionários ou assentados:** são agricultores que receberam terras por meio de programas de reforma agrária, como assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou de órgãos estaduais. A posse da terra é concedida pelo governo e pode levar à titulação definitiva;

Arrendatários: agricultores que alugam a terra de um proprietário, mediante pagamento fixo, geralmente em dinheiro ou parte da produção. O arrendamento é formalizado por contrato e tem duração determinada;

Parceiros: diferente do arrendamento, o parceiro divide a produção com o dono da terra. O proprietário cede o uso da terra e, em troca, recebe uma porcentagem da colheita ou dos lucros;

Comodatários: agricultores que recebem o uso da terra de forma gratuita, sem obrigação de pagamento ou divisão da produção. Esse empréstimo ocorre por meio de um contrato chamado comodato e, geralmente, tem prazo determinado;

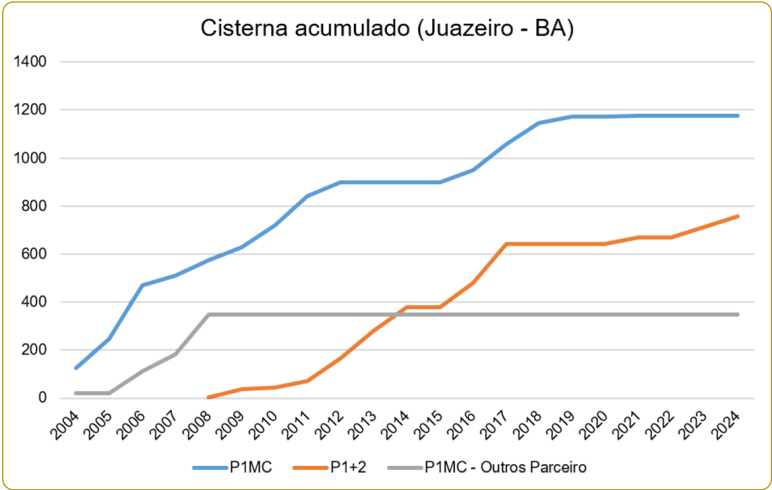
Ocupantes: são agricultores que utilizam a terra sem um título formal de posse. Podem ser ocupantes com justo título (com documentos que indicam um direito à regularização, como um recibo de compra) ou em simples ocupação (quando não possuem qualquer documento que comprove a posse da terra);

Produtores sem área: são aqueles que não possuem terras próprias nem trabalham em áreas fixas. Isso inclui agricultores que arrendam ou utilizam terras de forma temporária, bem como trabalhadores rurais sem propriedade definida.

Na zona rural, o acesso à água ocorre por diferentes meios, incluindo poços, barreiros, lagoas, lagos e caldeirões. Entretanto, essas fontes nem sempre garantem regularidade no abastecimento, especialmente em períodos de estiagem prolongada. Nesse contexto, os programas de cisternas, como o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC – 16.000 litros) e o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2 – 52.000 litros), têm desempenhado um papel importante no armazenamento e acesso à água para consumo e produção na agricultura familiar. Entre 2004 e 2025, foram entregues 1.524 cisternas de consumo (soma do P1MC do Ministério do Desenvolvimento Social e de outros parceiros) e 759 cisternas de produção (Gráfico 5 e Tabela 1). A maior parte das cisternas foi construída nos governos de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), com destaque para o período entre 2011 e 2014, quando foram entregues 436 cisternas de produção.

A partir de 2016, ocorreu uma redução nas entregas, especialmente nos governos de Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022). Durante o governo Temer, foram entregues 163 cisternas de produção e 32 cisternas de consumo, enquanto no governo Bolsonaro o número de cisternas de produção foi de apenas 26. No governo atual de Lula (2023-2025), até março de 2025, foram entregues 91 cisternas de produção, mas não há registros de novas cisternas de consumo. Além disso, Juazeiro não registrou entregas de cisternas escolares desde 2009, quando o programa foi iniciado, o que aponta para uma lacuna nas políticas de abastecimento de água nas escolas rurais.

Gráfico 5: cisternas dos programas P1MC e P1+2 implementadas entre 2004 e 2024 no município de Juazeiro (BA).



Fonte: adaptado do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2025).

Tabela 1: distribuição de cisternas familiares, escolares e para produção entregues em Juazeiro (BA), por período de governo (2002-2025).

Política pública	Período	Total 2002-2025	Lula 2003-2010	Dilma 2011-2016	Temer 2016-2018	Bolsonaro 2019-2022	Lula 2023-2025*
Cisternas familiares de água para consumo – P1MC (1ª água – 16.000 litros) entregues pelo MDS	01/2004 - 02/2025	1.177	720	228	197	32	—
Cisternas Escolares entregues pelo MDS	01/2009 - 02/2025	—	—	—	—	—	—
Cisternas familiares de água para produção – P1+2 (2ª água – 52.000 litros) entregues pelo MDS	01/2008 -02/2025	759	43	436	163	26	91
Cisternas familiares de água para consumo (1ª água) - Outros Parceiros	01/2004 - 07/2023	347	347	—	—	—	—

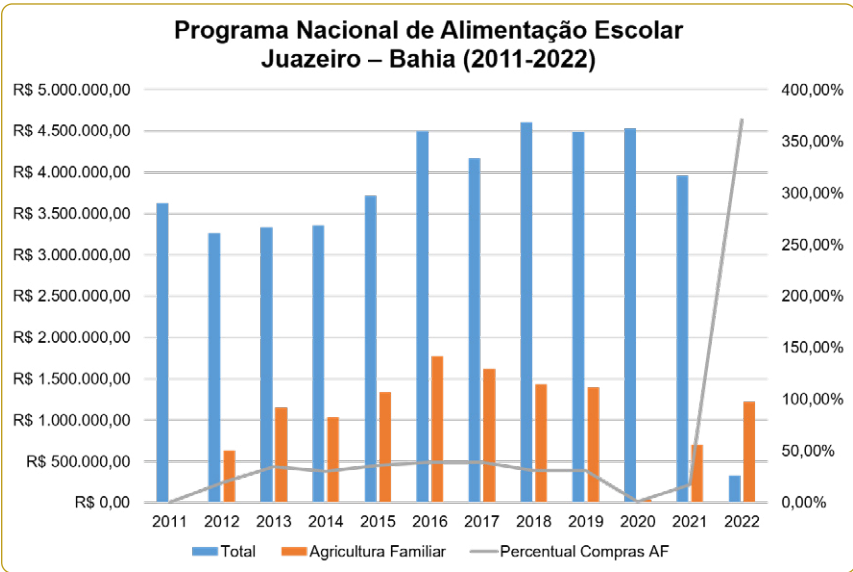
*Valores até 03/25

Fonte: adaptada do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2025).

Além do acesso à água, as políticas públicas de alimentação escolar (Gráfico 6) também têm um impacto na economia rural de Juazeiro. A integração da agricultura familiar nesses programas tem variado ao longo dos anos. Entre 2011 e 2016, houve uma progressiva ampliação dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com destaque para o ano de 2016, quando as compras da agricultura familiar atingiram R\$ 1.776.293,46, correspondendo a 39,48% do total.

A partir de 2016, observou-se uma queda no valor destinado ao programa e nas compras da agricultura familiar, com um ponto baixo em 2020, quando apenas 0,82% foi utilizado para esse fim. Em 2021, houve uma leve recuperação, com 17,78% do valor destinado ao programa sendo utilizado para aquisições da agricultura familiar. No entanto, em 2022, o valor das compras da agricultura familiar disparou para 371,06%, superando o valor total destinado ao município, embora o referido ano tenha registrado o menor valor total de recursos do PNAE: R\$ 328.672,40. Esse aumento atípico pode ser explicado por ajustes contábeis, o uso de saldos anteriores ou correções posteriores no sistema, o que fez com que o valor das compras da agricultura familiar ultrapassasse o valor do repasse, mas sem refletir erros ou irregularidades na execução do programa.

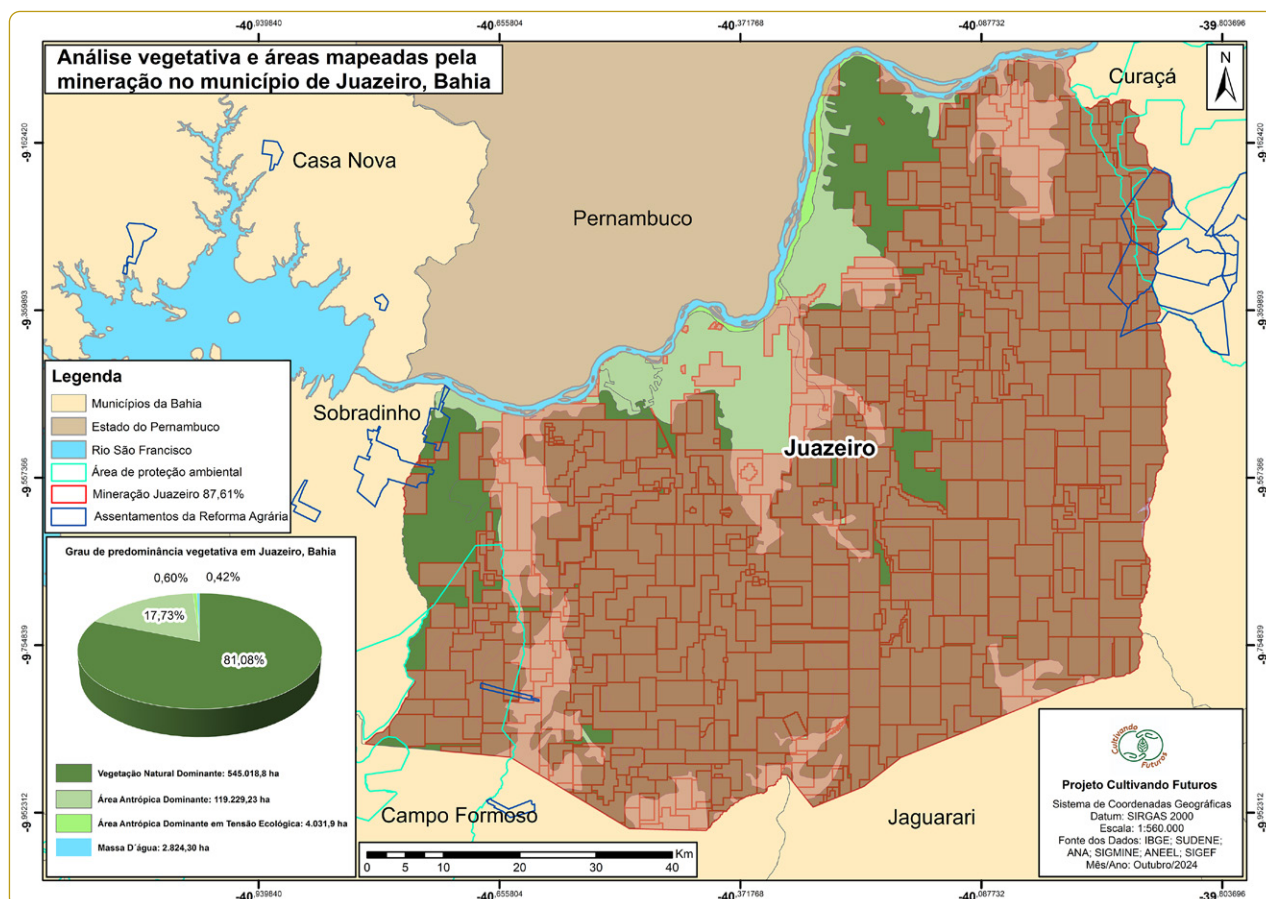
Gráfico 6: série histórica dos valores repassados pelo PNAE ao município de Juazeiro (BA), no período de 2011 a 2022. O gráfico apresenta o valor total recebido, o valor destinado à agricultura familiar e a porcentagem correspondente a essa categoria ao longo desse período.



Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Ministério da Educação (2011-2022) (FNDE, 2024) | Adaptação: Projeto Cultivando Futuros (2025).

Juazeiro apresenta uma diversidade de atividades produtivas, mas também enfrenta desafios relacionados à mineração. Quase 88% do território municipal foi mapeado pela Agência Nacional de Mineração (Mapa 4), com áreas em diferentes fases para concessão de lavra. A expansão da atividade mineradora tem gerado conflitos fundiários com as comunidades tradicionais de Fundo de Pasto, ameaçando seu modo de vida e comprometendo o acesso a territórios utilizados historicamente para a pecuária e a agricultura.

Mapa 4: análise da cobertura vegetativa e áreas mapeadas pela Agência Nacional de Mineração no município de Juazeiro (BA).

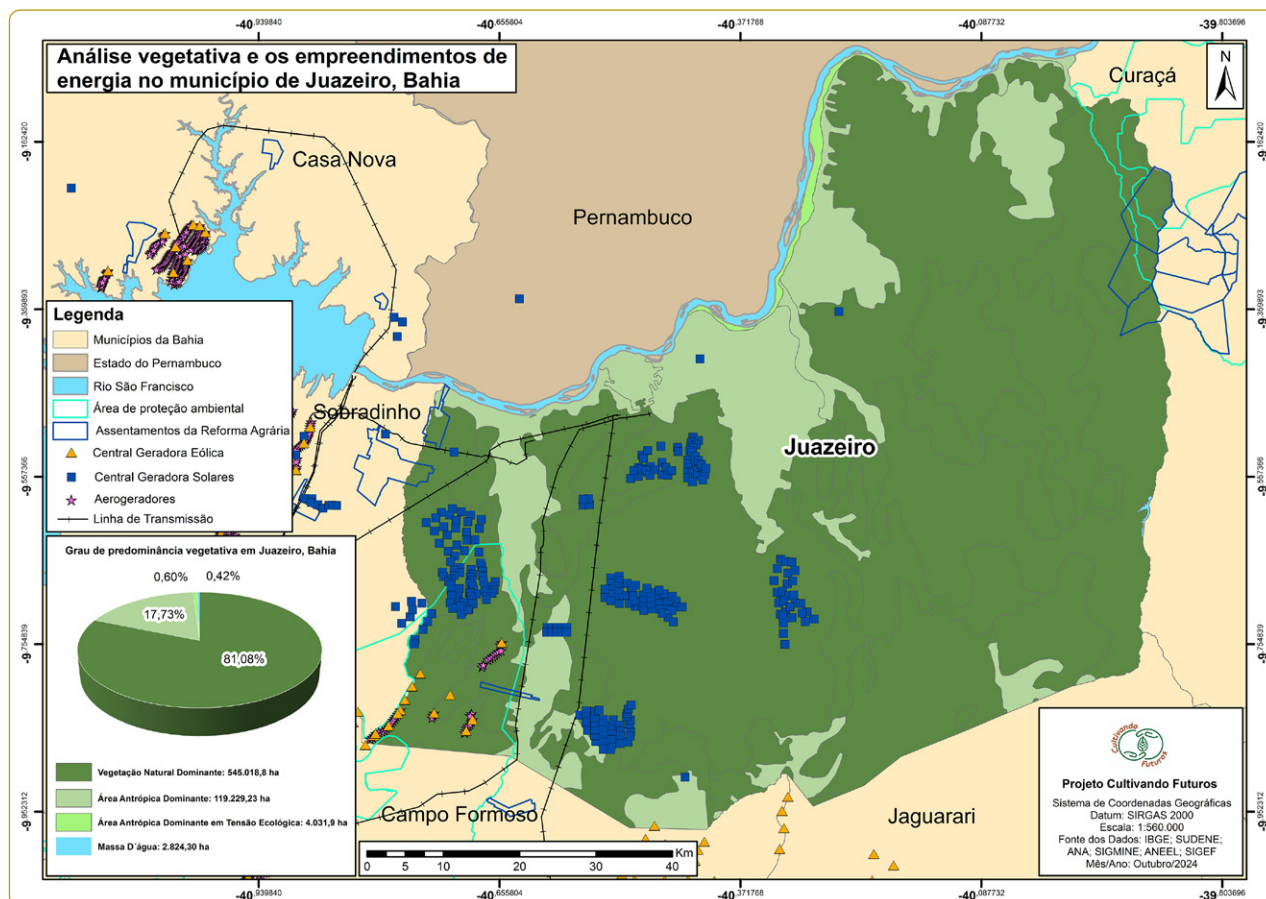


Fonte: elaboração dos autores com base nos dados disponíveis nos portais IBGE; INPE; SUDENE; ANA; SIGMINE – ANM (2024).

Outro ponto de crescente debate e motivo de conflitos fundiários, tanto já consolidados quanto emergentes, são os investimentos estaduais e municipais na instalação de usinas solares, eólicas e redes de transmissão (Mapa 5). Esses empreendimentos têm causado impactos nas comunidades rurais, pois muitos estão sendo implantados ou planejados em terras e territórios tradicionalmente ocupados.

Diante desse contexto, as organizações e redes que atuam no município e na região têm um papel central no fortalecimento da Agroecologia, na promoção da Convivência com o Semiárido e na defesa dos direitos territoriais, conforme evidenciado na Tabela 2. Essas iniciativas têm sido decisivas para garantir a permanência das comunidades em seus territórios, a proteção dos recursos naturais e a preservação dos modos de vida tradicionais. Esses esforços se tornam ainda mais necessários diante das pressões geradas pela expansão da atividade minerária e pela especulação fundiária, que comprometem a integridade dos territórios.

Mapa 5: cobertura vegetal e empreendimentos de energia instalados e planejados no município de Juazeiro (BA).



Fonte: elaboração dos autores com base nos dados disponíveis nos portais IBGE; INPE; SUDENE; ANA; ANEE (2024).

Tabela 2: organizações e redes do campo e suas respectivas áreas de atuação.

ORGANIZAÇÕES DO CAMPO	
Central da Caatinga	Conecta cooperativas da agricultura familiar no Semiárido brasileiro, promovendo o crescimento e a comercialização da produção agroecológica, orgânica e/ou beneficiada.
Rede Territorial de Agroecologia do SSF	Reúne diversas organizações do território Sertão do São Francisco que têm atuação no campo agroecológico.
Centros Públicos de Economia Solidária (CESOL/Sertão do São Francisco)	Voltados para o fortalecimento e comercialização dos produtos da agricultura familiar.
Comissão Pastoral da Terra (CPT)	Servindo à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e à defesa da terra e dos povos tradicionais.
Comitê de Associações Agropecuárias de Massaroca (CAAM)	Formado pelas lideranças comunitárias, voltado para defender o direito das comunidades rurais da região de Massaroca, incidindo no acesso das famílias rurais às políticas públicas.
Cooperativa Agropecuária Familiar Orgânica do Semiárido (Coopervida)	Estímulo à produção e comercialização de alimentos agroecológicos da agricultura familiar.
Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM)	Visa organizar as populações afetadas pelos projetos de mineração e debater o modelo de mineração do Brasil.
Núcleo Sertão do São Francisco	Mobilização para certificação orgânica e participativa.
Observatório Popular da Mineração e Eólicas, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)	Objetiva promover ações investigativas e propositivas para reduzir os impactos socioambientais da mineração e da energia eólica. Conta com a participação de comunidades externas, entidades sociais, políticas e ambientais, e Organizações Não Governamentais.
Rede Mulher	Formada por mulheres do campo e da cidade, contribui para o processo de empoderamento feminino, incentivando a troca de saberes, a formação, a comercialização e a visibilização do trabalho dessas mulheres.
Sindicato de Aquicultores e Pescadores de Juazeiro	Visa fortalecer as comunidades pesqueiras, garantir a sustentabilidade; melhorar as condições de trabalho dos/as pescadores/as, etc.
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro	Atua na defesa dos interesses dos produtores, oferecendo suporte jurídico, técnico e diversas oportunidades de capacitação. Além disso, promove ações para fortalecer o setor agropecuário e garantir melhores condições para quem trabalha no campo.
União das Associações do Vale do Salitre (UAVS)	Formada por lideranças comunitárias, é voltada para defender os direitos das comunidades rurais do Vale do Salitre, incidindo no acesso das famílias rurais às políticas públicas.
Núcleo de Pesquisa e Estudos Sertão Agroecológico	Grupo ligado à Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) que realiza estudos sobre temas como agroecologia, produção orgânica e desenvolvimento rural sustentável.

Fonte: dados sistematizados com base nas informações coletadas durante as Oficinas Municipais (2025).

4. Trajetória dos sistemas agroalimentares do município

Juazeiro e sua história

Juazeiro bem frondoso
Entidade caatingueira
Um verde na mata cinza
Sombra de uma tarde inteira
Tua busca e resistência é
Docente da convivência
Uma planta mandingueira

Que deu nome a um lugar
Território de passagem
Aglomerações de gente
Mais e mais, comunidade
Onde logo se fez vila
Comarca com suas ilhas
Hoje tão grande cidade

Juazeiro, Juazeiro
Me arresponda, por favor
Reconstrói a minha história
Direciona meu cursor
Revejam o meu passado
E apontem pra que lado
Vou florir, sendo o que sou

Juazeiro, Juazeiro
Me arresponda por favor
Filhos meus e filhas minhas
Quem nasceu, quem se achegou
Revejam o meu passado
E apontem pra que lado
Vou florir, sendo o que sou
(Yêgo Ravel)

4.1 Trajetória histórica de Juazeiro (antes de 1989)

Diversos acontecimentos marcaram a trajetória dos sistemas agroalimentares de Juazeiro no período até 1989. A partir da construção da Linha do Tempo, pode-se identificar que os primeiros latifúndios do município surgiram em decorrência do genocídio das etnias indígenas que habitavam essas terras. A Casa da Torre, sob o comando da família Garcia d'Ávila, recebeu da Coroa Portuguesa a concessão para explorar terras que se estendiam de Salvador até o Piauí, obtendo extensas sesmarias nos estados de Sergipe, Bahia, Pernambuco, Paraíba e Piauí. A expansão da criação de gado na região do "Rio dos Currais" favoreceu a conexão com as capitanias litorâneas. Nesse contexto, Garcia D'Ávila fundou o maior latifúndio do mundo, que englobava também o território do município de Juazeiro.

Nesse processo, intensificaram os ataques violentos de pecuaristas, liderados por Francisco Dias D'Ávila da Casa da Torre. Em 1674, onde hoje é a região do Salitre, o povo indígena Anaió foi dizimado, e no mesmo ano, o povo Cariri, já expulso do litoral, também foi atacado e morto. Em 1676, os poucos indígenas remanescentes na região foram capturados e, dois dias depois, 500 foram mortos, enquanto mulheres e crianças foram escravizadas.

Com a introdução do gado na região, consolidou-se um sistema de parceria de caráter escravocrata conhecido como "meeiro". Nesse arranjo, os grandes criadores de gado designavam vaqueiros para cuidar dos rebanhos, oferecendo em troca uma pequena porcentagem dos animais. Esse sistema de servidão perdurou até o século XIX, quando, gradualmente, foi se desintegrando.

A Passagem de Juazeiro, como era conhecida na época, tornou-se a Rota do Gado, no século XVII, funcionando como um importante ponto de parada e travessia no Rio São Francisco, facilitando o transporte de gado em direção a Pernambuco. Essa localidade era habitada por uma pequena população que oferecia apoio aos vaqueiros responsáveis pelo transporte dos animais para as capitanias litorâneas.

Assim, nesse período, teve origem a cultura do vaqueiro no município, ligada aos grandes latifúndios formados pelas sesmarias. Descendentes de indígenas, quilombolas e europeus, que já viviam ou chegavam à região, trabalhavam em regime de servidão para os grandes fazendeiros. Como pagamento, recebiam um local para se "arranchar" (se abrigar) e uma pequena parte da criação de animais.

Em relação à criação de animais, o gado foi central para a colonização da região, ocupando quase um milhão de quilômetros quadrados no norte e nordeste da Bahia até o fim do século XVIII. A atividade atendeu a demandas das capitanias litorâneas, mas no início do século XIX, secas prolongadas e mudanças econômicas que beneficiaram o Sul e Sudeste do país levaram ao declínio da pecuária e ao abandono das fazendas. Essa situação consolidou uma organização fundiária caracterizada pelas comunidades de Fundo de Pasto, que passaram a ocupar e manejar coletivamente áreas destinadas à criação extensiva de animais.

Os anos se passaram, e essas comunidades seguiram ocupando essas áreas. Nas décadas de 1970 e 1980, diante da intensificação da grilagem de terras⁷, as comunidades de Fundo de Pasto iniciaram um movimento de base, tendo a terra como principal bandeira de luta. Reivindicavam o direito coletivo sobre as áreas que tradicionalmente ocupavam, fortalecendo sua organização e articulação política. Essa mobilização resultou em uma conquista

⁷Grilagem de terras é o termo usado para a prática de tomar posse de terras públicas ou de terceiros de maneira ilegal. A palavra vem de uma velha prática de falsificação de títulos de terras onde os criminosos usavam grilos para envelhecer esses documentos e dar a impressão que eram antigos.

importante: o reconhecimento legal da posse das terras pelas comunidades de Fundo de Pasto na Constituição Baiana de 1989, um marco na defesa dos direitos territoriais dessas populações.

Nesse sentido, o Fundo de Pasto constitui um agroecossistema tradicional, no qual vastas áreas de caatinga são conservadas como parte de uma prática equilibrada de manejo. Essa conservação é impulsionada pela necessidade de promover a criação extensiva de caprinos, ovinos e bovinos, respeitando as dinâmicas ecológicas do bioma e favorecendo a manutenção dos bens naturais.

O reconhecimento legal das terras de Fundo de Pasto na Constituição Baiana de 1989 está previsto no Artigo 179, Parágrafo Único. Essa conquista resultou da atuação de entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR), junto às associações comunitárias de Fundo de Pasto.

A garantia desse direito foi importante para a continuidade das práticas produtivas tradicionais, como a agricultura de sequeiro, historicamente presente no município. Esse sistema de produção, adaptado às condições climáticas locais, envolve o cultivo de milho, feijão, mandioca, melancia, abóbora, entre outras culturas, concentrado no período chuvoso, entre dezembro e março. Até 1989, essa forma de produção era voltada predominantemente para o autoconsumo e a troca solidária entre membros das comunidades, reforçando uma economia baseada em princípios de reciprocidade e sustentação local.

Além da agricultura de sequeiro, as comunidades rurais do município sempre praticaram o extrativismo de frutas nativas, como o umbu e o maracujá-da-caatinga, e de plantas medicinais, como a umburana-de-cheiro, quebra-faca e ameixa. Essa prática, enraizada no conhecimento ecológico local, sempre integrou a vivência tradicional dos povos da Caatinga, tanto para o autoconsumo quanto para o comércio em feiras livres, à beira de estradas e de porta em porta.

A pesca artesanal, nesse período, era a principal fonte de renda e de proteína para as comunidades ribeirinhas, além de ser uma prática tradicional tanto na cidade quanto nas ilhas fluviais e margens rurais do rio no município. Da mesma forma, a criação de caprinos, embora historicamente pouco valorizada, especialmente antes de 1989, sempre desempenhou um papel importante na segurança alimentar e na geração de renda para as comunidades rurais. A criação extensiva de caprinos no bioma Caatinga possibilitou a adaptação desses animais às condições climáticas semiáridas. Sua comercialização, assim como a de seus derivados, ocorria sobretudo nas feiras livres.

Na década de 1970, as áreas irrigadas no município fizeram parte de uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste, com a criação de quatro projetos públicos: Mandacaru, Curaçá, Tourão e Maniçoba. Esses projetos focaram no monocultivo e incentivaram a plantação de culturas voltadas exclusivamente para o mercado, desconsiderando a diversidade agrícola local. Como resultado, houve uma intensificação no uso de agrotóxicos, além de mudanças na estrutura da produção agrícola. A chegada dos projetos irrigados iniciou a derrubada da vegetação nativa da Caatinga e teve um impacto negativo sobre as comunidades locais, que enfrentaram a desapropriação forçada e a perda de suas terras.

Esse processo também marcou a transição para o monocultivo. A produção diversificada passou a ser vista como um obstáculo, sob o argumento de que poderia atrair pragas e doenças, comprometendo o novo modelo produtivo. Nesse contexto, surgiram os minifú-

dios vinculados ao agronegócio no Vale do São Francisco, transformando a dinâmica rural da região.

A chegada da Agrovale (1976), empresa industrial de cana-de-açúcar, agravou ainda mais esse cenário, trazendo uma série de problemas sociais e ambientais que geraram intensos conflitos. Um dos principais pontos de tensão foi a desapropriação das comunidades rurais de suas terras, agravada pelo desmatamento da vegetação nativa da Caatinga. Além disso, a apropriação das áreas de solo mais fértil limitou as oportunidades de cultivo pelas comunidades locais, reforçando a exclusão agrícola e social da população.

Com a expansão da irrigação e a adoção do modelo de monocultivo, a região do Rio Salitre seguiu a mesma abordagem. Entre 1982 e 1983, o uso intensivo das águas em um curto período reduziu o volume do rio, a ponto de ele deixar de apresentar fluxo contínuo.

Com a consolidação do agronegócio no Vale do São Francisco, principalmente na região do rio Salitre, ocorreram transformações econômicas e sociais. As práticas socioculturais locais foram substituídas por novas tradições, impulsionadas pela introdução de cultivos comerciais e pelo uso intensivo de agrotóxicos, particularmente nas lavouras de tomate.

A chegada da energia elétrica permitiu a expansão da agricultura irrigada, facilitando a exploração de áreas mais distantes do rio. Contudo, esse cenário também promoveu a especulação fundiária, resultando em uma maior concentração de terras e no desamparo das comunidades locais e pequenos agricultores. Essa dinâmica alterou o acesso à terra e a permanência das populações rurais no campo.

Seguindo o caminho contrário ao do agronegócio, em 1987, a horta urbana localizada na periferia do município foi estabelecida com o apoio da Diocese de Juazeiro e das Irmãs da Congregação das Oblatas de São Luiz Gonzaga, beneficiando os moradores do bairro. O terreno, doado pela Diocese, foi destinado à produção de alimentos, com o objetivo de fortalecer a segurança alimentar e gerar renda para as famílias envolvidas. O projeto foi especialmente voltado para mães de família, promovendo o cultivo orgânico de hortaliças.

Mesmo com os desafios da chegada do agronegócio, o município de Juazeiro, até a década de 1980, era marcado por diferentes tipos de agroecossistemas tradicionais. Além da agricultura de sequeiro, a agricultura de vazante ou lameiro sempre teve importante papel na economia local. Durante as cheias, as margens dos rios ficavam submersas e, à medida que as águas recuavam, as terras se tornavam férteis e prontas para o cultivo. No entanto, essa dinâmica natural das enchentes periódicas foi alterada com a construção da Hidrelétrica de Sobradinho, que passou a regular o volume de água na região, impactando os ciclos de cultivo tradicionais.

A construção da Barragem de Sobradinho (Imagem 6) durou quase uma década (1970) e alterou a dinâmica do município. Embora se tenha prometido produzir e distribuir energia para as áreas rurais, tais promessas não se concretizaram. Um fator importante a ser destacado foi o crescimento das periferias urbanas,

Imagem 6: Usina Hidrelétrica de Sobradinho (BA).



Fonte: acervo IRPAA.

resultante dos deslocamentos forçados. Muitas populações afetadas, que não foram realocadas ou que não permaneceram na nova margem do rio formada pela barragem, buscaram refúgio no município de Juazeiro.

Além disso, o represamento da água na Barragem de Sobradinho trouxe uma série de problemas ambientais e sociais ao município. Um dos principais impactos foi a interrupção do ciclo reprodutivo dos peixes, que costumavam subir o rio para desovar nas lagoas marginais mais distantes. Essa alteração na dinâmica natural prejudicou tanto a diversidade quanto a quantidade de peixes, afetando diretamente os pescadores artesanais que dependiam dessa atividade para sua vivência.

A sobrecarga do rio São Francisco resultou, em 1979, em enchentes no município, fenômeno que se intensificou com o excesso de água na barragem de Sobradinho. Como consequência, diversos municípios ribeirinhos ao longo do rio foram inundados, causando prejuízos às comunidades locais e afetando as áreas urbanas e rurais próximas ao curso d'água.

Nessa trajetória de Juazeiro, merece destaque a chegada de Dom José Rodrigues à Diocese de Juazeiro. Natural de Paraíba do Sul, no Rio de Janeiro, Dom José chegou ao município durante o período da ditadura militar, quando toda a região era área de segurança nacional. O episcopado do Bispo na Diocese de Juazeiro ocorreu de 16 de fevereiro de 1975 a 30 de agosto de 2003. Ele se posicionou firmemente contra as investidas do Estado que afetavam as populações atingidas pela Hidrelétrica de Sobradinho e os projetos de irrigação, prestando apoio às comunidades na luta por seus direitos. Seu ativismo gerou forte oposição da elite local, de setores da própria igreja e da ditadura militar. Dom José também foi precursor de iniciativas pedagógicas voltadas para a conscientização de classe, reforçando seu compromisso com a justiça social e a defesa dos oprimidos.

Com a ditadura instaurada no Brasil, as Ligas Camponesas foram duramente reprimidas. Os movimentos sociais, especialmente os de cunho agrário e sindical, eram vistos pelo regime como subversivos e alinhados com ideais comunistas. Nesse contexto, surgiu o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro (1971), que, inicialmente, estava alinhado com a ditadura e com a elite agrária local. Apesar desse controle, o sindicato desempenhou um papel importante ao viabilizar as primeiras aposentadorias rurais do município por meio do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Pró-Rural).

Nessa época, apenas os homens tinham direito à aposentadoria. O trabalhador não precisava contribuir para o sistema, bastando comprovar sua atividade rural. As oposições sindicais, formadas pelos movimentos camponeses, foram fundamentais para a tomada do sindicato e o fortalecimento do movimento rural, contribuindo para a autonomia dos trabalhadores e trabalhadoras na luta por seus direitos.

No contexto do avanço dos movimentos sociais, foi criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT) com o propósito de oferecer uma presença solidária, profética, ecumênica, fraterna e afetiva, prestando um serviço educativo e transformador junto aos povos da terra e das águas. Ligada à Igreja Católica, a CPT chegou ao município em 1976 para assessorar as comunidades rurais impactadas pela construção da Hidrelétrica de Sobradinho e pelos projetos de irrigação, fortalecendo a organização social dessas populações e a defesa de seus direitos.

Ainda na década de 1970, sob a liderança de Dom José Rodrigues, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) – grupos cristãos dedicados à vivência da fé e à promoção da justiça social – se tornaram um importante instrumento de apoio às comunidades locais. Ligadas à Igreja Católica, as CEBs incentivaram a emergência de novas lideranças populares e se engajaram ativamente na defesa da terra, na conquista de água e na busca por uma nova política

para a região. Embora o período tenha sido marcado por intensos conflitos, também representou uma firme decisão da Diocese de Juazeiro de estar ao lado do povo, lutando pela justiça e pelos direitos das comunidades. As CEBs estabeleceram uma rede de grupos comunitários que enfrentaram as problemáticas sociais impostas pelo Estado, servindo como o embrião dos diversos movimentos sociais do campo que existem no município.

Outro acontecimento que merece destaque foi a relação do educador Paulo Freire com Juazeiro e a região norte da Bahia. A convite de Dom José Rodrigues, Paulo Freire realizou cursos de formação para professores e lideranças comunitárias. Sua primeira visita foi em 1983, com um curso para 25 monitores envolvidos em trabalhos comunitários da Diocese. Em 1984, ele trabalhou com 11 círculos de cultura em Juazeiro e cidades vizinhas, retornando em 1986 para acompanhar o desenvolvimento das atividades das pastorais e movimentos sociais.

A luta pelo direito de permanência na terra marcou a década de 1980, movimento que foi protagonizado pelas comunidades de Fundo de Pasto. Diversas associações comunitárias foram criadas nesse período, com o objetivo de organização, autoconhecimento e para acesso a políticas públicas. Um exemplo importante é a Associação Agrossilvipastoril da Fazenda Cachoeirinha, fundada em 1986, que foi criada para assegurar o acesso a políticas governamentais e promover o reconhecimento legal e territorial da comunidade.

Nessa perspectiva, também foi criado o Comitê das Associações Comunitárias Agropecuárias de Massaroca (CAAM), fundado em 13 de outubro de 1989. O CAAM é uma organização supracomunitária que integra nove associações das comunidades da região, com o objetivo de defender os interesses coletivos e promover a organização social e econômica local.

Essa década também marcou a inauguração do Centro de Abastecimento de Juazeiro (CEASA), em 1984. Construído após os projetos de irrigação do município, o CEASA se tornou um dos principais pontos de escoamento da produção local, impulsionando ainda mais o agronegócio na região.

Em relação às fontes de água nas comunidades rurais nesse período, grande parte era dependente das chuvas, e os meios de armazenamento incluíam cacimbas, caldeirões, aguadas, poços, lagoas e lagos. Essas formas tradicionais de armazenamento de água ainda fazem parte da realidade rural do município e são elementos na história da Convivência com o Semiárido.

A primeira cisterna do município foi construída na comunidade de Lagoinha com o apoio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Esta cisterna era feita de lona e telhado, e não contava com tecnologia de captação de água da chuva. O seu abastecimento era realizado por meio de carro-pipa, permitindo às comunidades locais armazenar água, apesar das limitações na sua estrutura.

No que tange às ações do estado, a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) foi estabelecida em 1948 pela Lei nº 541, como resposta à Constituição de 1946, que exigia o desenvolvimento econômico do Rio São Francisco e seus afluentes. A CVSF funcionou por 20 anos, até ser substituída pela Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE) em 1967, criada pelo Decreto-lei nº 292, e vinculada ao Ministério da Integração Nacional. Em 1974, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) foi formada pela Lei nº 6.088, sucedendo à SUVALE. Os trabalhos no município e região eram voltados a ações de construção de canais, adutoras, sistemas de abastecimento e esgotamento sanitário, além de poços em comunidades rurais.

4.2 Trajetória histórica de Juazeiro (1990-1999)

Nesse período, diversos acontecimentos impactaram de forma positiva e contribuíram para repensar o modo de vida dos povos do semiárido a partir de sua realidade. A criação do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), fundado em 1990, foi uma dessas iniciativas. O IRPAA foi idealizado por lideranças pastorais e pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), como Dom José Rodrigues e o austríaco Haroldo Schistek.

Haroldo foi um dos precursores da Convivência com o Semiárido e uma referência na liderança das causas sociais e na defesa dos direitos dos povos e comunidades da região, dedicou mais de 40 anos ao Brasil, contribuindo de forma significativa para o bem-estar das populações do Semiárido. Sua atuação foi essencial, desde as formações de jovens até as obras na sede do IRPAA e no centro de formação, deixando um legado duradouro para a região.

Desde o início, a instituição buscou promover a agricultura familiar e a convivência com as condições climáticas da região, propondo uma ruptura de paradigmas ao atualizar o conceito de “combate à seca” para a ideia de Convivência com o Semiárido. Uma das ações do IRPAA é a Escola de Convivência com o Semiárido, que é realizada anualmente desde 1992 com o propósito de capacitar agricultores e agricultoras multiplicadores/as para promover a Convivência com o Semiárido.

Neste período, as comunidades de Fundo de Pasto também intensificaram suas lutas para garantir seus direitos e o reconhecimento de seus modos de vida. Essas comunidades enfrentaram grandes desafios relacionados à grilagem de terras e à ameaça de grandes empreendimentos. A luta pela educação local também se fortaleceu, com a criação da Escola Municipal Rural de Massaroca (ERUM), em 1995, que foi fruto da luta dos agricultores/as da região de Massaroca, distrito de Juazeiro, que reivindicavam uma escola contextualizada e que realmente proporcionasse aos seus filhos e filhas um aprendizado a partir de sua realidade local.

A iniciativa contou com o apoio de agricultores/as franceses, que, junto com agricultores/as locais, buscaram parcerias para consolidar a tão sonhada escola rural. Inicialmente,

Imagem 7: Dom José Rodrigues e Haroldo Schistek.



Fonte: acervo IRPAA.

a escola teve grande apoio do professor Luiz de Senna, pedagogo brasileiro radicado na França, que se destacou como grande colaborador nos primeiros anos, afirmando que o compromisso da escola era trabalhar para os interesses de uma comunidade camponesa. A ERUM foi fundada por Edmerson dos Santos Reis e Antônio Martins, que contribuíram para a construção de uma metodologia que abraçasse a realidade dos estudantes a partir de seu contexto. A metodologia adotada pela escola considera três momentos no processo educativo: observar a realidade, compreender a realidade e transformar a realidade.

Em 1991, também houve a abertura das primeiras escolas formais no campo na região de Pinhões. Até então, muitas aulas eram ministradas nas casas por professores leigos – pessoas da própria comunidade que, apesar de não terem formação docente, assumiam a tarefa de ensinar. Para aproximar a escola das comunidades e garantir um acesso mais adequado à educação, foram construídas novas unidades escolares rurais na região.

Em paralelo, o aumento da mobilização social no semiárido resultou na criação da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), em 1999. Esse movimento, que surgiu em meio à luta pelo direito à água, fortaleceu as organizações da sociedade civil e ampliou as ações voltadas para a Convivência com Semiárido. A Diocese de Juazeiro teve um papel importante nesse processo, contribuindo diretamente para a criação da ASA e para a definição de suas diretrizes ideológicas. Foi nesta diocese que surgiu a primeira campanha voltada para a questão da água, denominada “Nenhuma Família Sem Água”, com o objetivo de arrecadar fundos para a construção de cisternas nos municípios de sua área de atuação. No mesmo ano da criação da ASA, foi iniciado o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), uma das principais iniciativas dessa mobilização, voltada para garantir o acesso à água em quantidade e qualidade para as famílias do Semiárido.

Nesse período, a criação de caprinos e ovinos passou a ser incentivada por organizações locais como estratégia para garantir renda e autonomia alimentar nas comunidades rurais. Estudos da Embrapa Semiárido compararam a caprinovinocultura com a criação de gado, demonstrando que caprinos e ovinos demandam menos água e alimento, sendo mais adequados às condições da Caatinga e do clima Semiárido. A partir desse contexto, foram estabelecidos métodos de manejo mais adequados e redes de comercialização baseadas nos princípios da Convivência com o Semiárido, promovendo práticas produtivas mais adaptadas às características do ambiente.

Em 1994, a Embrapa, por meio do Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido (CPATSA), e a equipe de extensionistas da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), juntamente com pesquisadores do Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento (CIRAD), do Departamento de Sistemas Agroalimentares e Rurais (SAR), iniciaram um projeto voltado ao acompanhamento das organizações de produtores da região de Massaroca. Com foco na avaliação e sistematização de metodologias de acompanhamento das associações comunitárias e do Comitê de Associações Agropastoris de Massaroca (CAAM), a parceria contribuiu para o fortalecimento da organização produtiva local, promovendo técnicas adaptadas ao Semiárido e incentivando a autonomia das comunidades no fortalecimento socioeconômico regional.

Em 1999, foi fundado o Centro de Terapias Naturais Gianni Bande (CETGIB) pelas Irmãs Oblatas de São Luís Gonzaga (Luisinhas), com o objetivo de oferecer atendimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Com caráter filantrópico e sem fins lucrativos, o CETGIB iniciou seus trabalhos com foco na promoção de saúde preventiva e curativa, utilizando o método bioenergético, terapias holísticas e hábitos alimentares saudáveis.

Além disso, em 1997, a região do Vale do Salitre ganhou um importante marco com a criação da Reserva Ecológica e Arqueológica de Proteção Integral Serra do Mulato. Reconhecida por suas pinturas rupestres, a Serra abriga um rico patrimônio cultural e natural, sendo declarada oficialmente reserva pelo Decreto Municipal nº 012, de 2 de janeiro, com o objetivo de garantir sua preservação contínua.

Por outro lado, o município vivenciou a intensificação dos sistemas de monocultivo irrigado, com a expansão das áreas destinadas a culturas como manga, uva e cebola, voltadas principalmente para o mercado interno e exportação. Esse crescimento acelerado, impulsionado pelo agronegócio, resultou em sérios impactos socioambientais, como o aumento no uso de agrotóxicos, que prejudicaram a qualidade ambiental e a saúde das comunidades. A substituição das pequenas propriedades familiares por grandes áreas de monocultivo consolidou ainda mais o domínio do agronegócio sobre a região, alterando as dinâmicas econômicas e culturais locais.

O fortalecimento do agronegócio teve efeitos devastadores sobre as comunidades do campo, com a crescente presença do Estado favorecendo esse setor em detrimento dos interesses locais. A agricultura irrigada e a expansão de grandes empreendimentos, como a fruticultura irrigada e a mineração, aceleraram o processo de grilagem de terras em áreas férteis e com água disponível. As comunidades de fundo de pasto e outros grupos tradicionais enfrentaram intensos conflitos fundiários. Esses processos de apropriação e destruição das áreas comunitárias marcaram a década como um período de agravamento das desigualdades e da exclusão social no campo.

Além disso, a década de 1990 foi marcada por uma migração em massa da população rural para as cidades, especialmente para Juazeiro. Essa migração trouxe consigo o aumento da população urbana, com a absorção de trabalhadores no setor de serviços, comércio e construção civil. Contudo, essa mudança para a zona urbana também gerou uma série de desafios, como a falta de infraestrutura e o crescimento desordenado das periferias, que agravaram as condições de vida para os novos habitantes urbanos.

Ao mesmo tempo, ocorreram sérios acontecimentos socioambientais que impactaram tanto o campo quanto a cidade. Inicialmente, uma cheia em 1992 causou danos nas áreas urbana e rural, principalmente ao longo das margens do rio São Francisco. Pouco tempo depois, a seca de 1993 trouxe consequências duradouras para a Caatinga, que até hoje não se recuperou completamente. Naquela época, a população rural dependia de carros-pipa para o abastecimento de água, enfrentando uma escassez que resultou na morte de muitos animais, agravando ainda mais a crise nas comunidades do campo. Esses eventos climáticos, somados à grilagem de terras e aos impactos negativos do agronegócio, colocaram em risco as formas de vida das populações rurais na década de 1990. Contudo, também impulsionaram lutas sociais e políticas que, com o tempo, resultaram em avanços na luta pela Convivência com o Semiárido e pela garantia de direitos das populações rurais.

4.3 Trajetória histórica de Juazeiro (2000-2015)

No período de 2000 a 2015, os dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) foram marcados por políticas públicas voltadas à redução das desigualdades regionais no Nordeste. Entre as medidas implementadas, estiveram ações direcionadas à redução da pobreza, à criação animal e ao incentivo à agricultura familiar, com iniciativas que tiveram impacto direto no sistema agroalimentar de Juazeiro. Essa ampliação das políticas públicas

pode ser observada no relato de Clérison Belém, coordenador institucional do IRPAA, que participou das duas oficinas realizadas em 2024:

A política pública está na sua maior parte nos dois últimos períodos. Depois dos anos 2000, com a eleição de Lula, a política pública começa a fazer parte da vida das comunidades, dos municípios, das organizações, chegando várias leis e projetos. (Clérison Belém, coordenador institucional do IRPAA)

Nos 15 anos analisados, diversos acontecimentos impactaram diretamente o município, e no contexto dos sistemas agroalimentares, a educação teve um papel decisivo na transformação e adaptação dessas dinâmicas locais. Em 2002, foi criada a Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB) como um espaço de articulação política regional da sociedade organizada, reunindo educadores, educadoras e instituições governamentais e não governamentais atuantes na área. A criação de uma Secretaria Executiva para a rede foi viabilizada por meio de um termo de cooperação entre a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), por meio do Departamento de Ciências Humanas III, em Juazeiro, e o IRPAA. Entre as metas iniciais da RESAB⁸, esteve a mobilização de um amplo conjunto de organizações voltadas à educação e à defesa dos direitos de crianças e adolescentes no Semiárido.

Em parceria com a RESAB, o IRPAA propôs a criação de livros didáticos contextualizados para o Semiárido. Produzido entre 2002 e 2005, o material passou por uma fase de testes em todos os estados da região, com a participação de educadores e estudantes, antes da publicação de sua primeira edição. Em 2010, foi lançada a segunda edição. O objetivo desse

Imagem 8: material didático Conhecendo o Semiárido I e II.



Fonte: acervo IRPAA (2024).

⁸Integram a secretaria executiva da RESAB: Sociedade civil: Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia (AECOFABA), Associação de Desenvolvimento e Ação Comunitária (ADAC), Cáritas Crateús, Centro de Formação Mandacaru (CFM), Cooperativa de Trabalho de Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Rural da Agricultura Familiar (COOTAPI), Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) e Movimento de Organização Comunitária (MOC); Poder público: Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Secretaria de Educação de Afogados da Ingazeira, Secretaria de Educação do Piauí, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

material é aprimorar o ensino e a aprendizagem, promovendo um processo pedagógico que integra materiais didáticos contextualizados, a formação de educadores e a sistematização da prática educativa. Os livros foram distribuídos para 3.654 estudantes dos 4º e 5º anos em 21 escolas municipais da sede e 38 escolas do campo em Juazeiro.

Durante esse período, também houve a expansão das produções de hortaliças, quintais produtivos e a criação de animais, como caprinos, ovinos e aves, no âmbito da agricultura familiar. Esse processo foi impulsionado por ações do projeto Cabra Forte, cuja implantação ocorreu entre 2003 e 2006. O convênio envolveu o Estado da Bahia, Banco do Brasil S/A, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia (CERB) e Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (FAEB).

Em paralelo, em 2005, foi criado o Grupo de Agroecologia Umbuzeiro (GAU), da UNEB, formado por estudantes de diferentes cursos. O grupo se dedicou à difusão de conhecimentos sobre agroecologia e à promoção de debates sobre mudanças sociais. A partir de suas iniciativas, jovens universitários puderam refletir sobre as formas de organização e produção da região. O GAU também consolidou vários militantes da causa agroecológica, que atualmente atuam em diversas organizações sociais do município e da região.

O Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), criado em 1999 pela Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) e transformado em política pública em 2003, teve como objetivo garantir o acesso à água potável para consumo humano para a população rural do Semiárido brasileiro. Nesse período, em Juazeiro, foram implantadas 1.295 cisternas por meio do P1MC. Em 2007, foi lançado o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), que visava ao abastecimento de água para a produção. Até 2015, foram implantadas 479 cisternas desse modelo em Juazeiro.

Dentro das políticas de acesso à água, o Programa Água Doce (PAD), iniciado em 2013, também foi uma ação importante do Ministério do Desenvolvimento Regional, em colaboração com governos estaduais e municipais, além de organizações da sociedade civil. O programa promoveu o acesso à água de qualidade para consumo humano nas áreas semiáridas do Brasil, utilizando tecnologias de dessalinização para tratar as águas subterrâneas salobras típicas dessas regiões. Algumas comunidades de Juazeiro foram beneficiadas por esse projeto.

Nesse contexto de políticas públicas, o programa Bolsa Família também teve um papel importante, sendo implementado no município de forma mais ampla a partir de 2004. Esse programa de transferência direta de renda ajudou na redução da pobreza e na melhoria das condições de vida da população. No meio rural, particularmente, o Bolsa Família teve um impacto positivo na permanência das famílias no campo. Embora no início tenha havido dificuldades no acesso e na liberação dos recursos, com o tempo as comunidades locais se adaptaram ao programa. Segundo dados do Ministério da Cidadania, 24.353 famílias foram atendidas pelo Bolsa Família em Juazeiro até o ano de 2015, e o valor de repasse do Governo Federal alcançou R\$ 3.998.986,00, com um valor médio de R\$ 164,20 por família.

Esse período também foi marcado pela expansão da energia elétrica para a zona rural por meio do Programa Luz para Todos, do Governo Federal. Segundo dados do Ministério de Minas e Energia (MME), foram atendidos 6.693 domicílios pelo programa entre 2004 e 2015. A ampliação do acesso à eletricidade trouxe melhorias para a qualidade de vida das populações rurais, possibilitando a conservação de alimentos em geladeiras e freezers, além de facilitar o beneficiamento da produção. A chegada da internet nesse período também teve impacto na comunicação, permitindo maior interação com outras regiões e acesso a informações.

A criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), em 2003, e do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), em 2005, também influenciou os sistemas agroalimentares de Juazeiro. Esses programas incentivaram práticas mais adaptadas às realidades locais. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, 370 propriedades da agricultura familiar receberam orientação técnica do poder público (federal, estadual ou municipal), enquanto 425 foram atendidas por organizações não governamentais. Entre as iniciativas voltadas à assistência técnica no município, destacam-se dois projetos executados pelo IRPAA: o Bahia Produtiva, iniciado em 2015, e o Pró-Semiárido, iniciado em 2014. Ambos tiveram um papel importante no apoio à agricultura familiar e na ampliação de práticas de Convivência com o Semiárido.

Outra transformação nos sistemas agroalimentares de Juazeiro foi a ampliação do beneficiamento do umbu, atividade que se fortaleceu a partir do acesso a orientações especializadas. Inicialmente voltado ao consumo familiar, o processamento do fruto passou a se estruturar como alternativa econômica a partir de 2010, impulsionado por programas de assistência técnica. Esse avanço possibilitou a geração de renda dentro das comunidades, tornando-se uma fonte de recursos para muitas famílias e um exemplo de valorização da produção local e do aproveitamento dos recursos naturais da região. A participante da oficina, Tânia Alves, relatou sua experiência em projetos de ATER, destacando a relação entre a assistência técnica e o beneficiamento do umbu: “Nessa época, a gente dava cursos de beneficiamento do umbu, como se conservar sem energia. Então, começou essa formação para evitar o desperdício e também para gerar renda”.

Outra iniciativa de grande impacto foi a criação da Rede Sabor do Sertão, em 2003, a partir de um projeto do IRPAA, com o objetivo de desenvolver a agricultura familiar, promover a economia solidária e fomentar a participação de mulheres e jovens nas decisões. Em 2016, após a adesão de outras organizações econômicas do Estado da Bahia, a Rede ampliou sua atuação, buscando otimizar a inserção e oferta dos produtos da agricultura familiar no mercado, por meio de uma articulação mais ampla. A partir dessa reestruturação, com apoio do projeto ECOFORTE da Fundação Banco do Brasil (FBB), a Rede passou a se chamar Central de Comercialização de Cooperativas da Caatinga, constituída em 27 de abril de 2016, com sede em Juazeiro.

Imagem 9: inauguração da Central da Caatinga.



Fonte: acervo IRPAA (2016).

Também em 2003, foi criado o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) em Juazeiro, com a finalidade de analisar e propor estratégias para os desafios e avanços na elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Entre suas iniciativas, destaca-se a idealização do Banco de Alimentos, implementado em 2011. O programa foi coordenado numa parceria entre a Autarquia Municipal de Abastecimento (AMA), a Secretaria de Desenvolvimento Social, Mulher e Diversidade (SEDES) e a Agência de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Pecuária (ADEAP), e auxilia famílias em situação de vulnerabilidade social, reduzindo o desperdício de alimentos no CEASA e ampliando o acesso a uma alimentação mais diversificada.

Dentro dessa perspectiva da segurança alimentar, duas políticas públicas tiveram papel relevante: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Ambos os programas garantem que ao menos 30% dos recursos destinados sejam utilizados para a compra de produtos da agricultura familiar, integrando a produção local ao consumo de alimentos de qualidade. Esses mercados institucionais, além de fortalecerem a comercialização dos produtos da agricultura familiar, também ampliam a oferta de alimentos saudáveis em escolas e comunidades, contribuindo para a geração de renda no meio rural e para segurança alimentar da população.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social, em 2012 e 2015, o PAA beneficiou sete agricultores familiares, com um total de R\$ 30.780,00 em 2012, e 31 agricultores, com um total de R\$ 246.962,50 em 2015. Em relação ao PNAE, conforme dados disponíveis do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, entre 2011 e 2015, o município adquiriu R\$ 17.300.718,00 em alimentos, dos quais R\$ 4.156.337,33 (24%) foram provenientes da agricultura familiar. Embora a regulamentação dos 30% estabeleça essa cota, nesse período, somente nos anos de 2013, 2014 e 2015 os valores superaram esse percentual.

Esses programas desempenham um papel importante no avanço das políticas públicas no município. “A análise da história de Juazeiro mostra que essas iniciativas contribuem para garantir a segurança alimentar das famílias e da população”, como reforça Paulo César Santos, participante das oficinas e presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) de Juazeiro.

Outra política pública que fortaleceu a agricultura familiar foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que facilitou o acesso a crédito e permitiu investimentos na produção de base familiar. Entre 2013 e 2015, segundo dados disponíveis do Banco Central do Brasil, foram firmados 5.198 contratos em Juazeiro, com um volume total de recursos aplicados de R\$ 87.996.439,90.

Além disso, ações locais também desempenharam um papel importante nesse processo de fortalecimento, como a realização, em 2003, da primeira Feira da Caprinovinocultura de Massaroca, organizada por moradores da região. Essa feira, que surgiu como um evento estratégico para a comercialização de caprinos e ovinos, consolidou-se como um espaço de grande relevância para o comércio e para a economia rural.

Em 2009, tiveram início as primeiras experiências de recaatingamento no município, realizada pelo IRPAA nas Comunidade Curral Novo e Jacaré. A metodologia adotada combina conhecimentos populares tradicionais e técnico-científicos, seguindo os princípios da Convivência com o Semiárido. O objetivo é promover a recuperação de áreas degradadas e a conservação da Caatinga, permitindo que o ecossistema retorne ou permaneça em seu estado original.



Fonte: acervo IRPAA (2024).

A luta pelo acesso à terra e pelo direito de permanecer nela também se fortaleceu ao longo dos anos. Em 2001 e 2004, houve a criação dos assentamentos de reforma agrária São Francisco e Fonte Viva Juazeiro, respectivamente. Em 2013, destaca-se a conquista das comunidades tradicionais de Fundo de Pasto, que passaram a ser certificadas e reconhecidas como tais pelo Estado. Esse processo foi resultado de mobilizações intensas das próprias comunidades, que buscavam assegurar seus direitos territoriais constitucionais e garantir a continuidade de suas práticas culturais.

Já em 2014, foi criado pela Lei nº 13.214 o Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER), um órgão consultivo e de assessoramento do Poder Executivo do Estado da Bahia. Esse colegiado tem a finalidade de orientar e apoiar a formulação de políticas públicas e estratégias voltadas ao fortalecimento dos territórios de identidade, contribuindo para melhorar as condições sociais e econômicas locais. O CODETER é composto de representantes do poder público e da sociedade civil, e incentiva a participação democrática nas decisões e projetos que buscam atender a necessidades e características de cada território.

No mesmo ano, foi criado o Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar (SETAF), instituído com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) pelo governo do Estado da Bahia. O SETAF atua como uma unidade territorial da SDR, com o objetivo de apoiar a agricultura familiar por meio da articulação de políticas públicas, orientação técnica aos agricultores e promoção de práticas rurais que favoreçam a inclusão produtiva.

No ano seguinte, 2015, foi lançado o Programa de Fortalecimento e Ampliação de Redes de Agroecologia e Produção Orgânica (ECOFORTE), uma política pública construída em

parceria com a sociedade civil e que faz parte da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). O ECOFORTE vem fortalecendo redes territoriais de agroecologia em diferentes regiões e promove uma abordagem integrada e colaborativa, que rompe com a lógica de intervenções isoladas e limitações de alcance.

Vale também destacar alguns eventos negativos ocorridos durante esse período. Nos primeiros anos dos anos 2000, o governo municipal realizou perfurações de poços sem os devidos estudos prévios, o que resultou no consumo de águas salobras por muitas famílias, sem tratamento adequado. Além disso, em 2004, as comunidades da Orla de Juazeiro e ribeirinhas sofreram com inundações e enchentes, causadas pela abertura das comportas da Barragem de Sobradinho, uma medida tomada para controlar o fluxo de água e evitar a sobrecarga do reservatório devido às fortes chuvas. Em 2012, a região também enfrentou um longo período de estiagem. Embora o Semiárido já tenha um índice pluviométrico naturalmente reduzido, entre 2012 e 2017 as chuvas ficaram abaixo da média por seis anos consecutivos.

Outro aspecto negativo desse período foi a chegada dos mercados atacadistas, que afetaram o comércio local e impuseram dificuldades à agricultura familiar e aos comerciantes da área. Além da redução dos preços, o que gerou uma concorrência desigual, houve também uma mudança nos hábitos alimentares da população, que passou a consumir em maior escala produtos alimentícios industrializados. Essa mudança resultou também na diminuição das compras nas feiras livres e no fechamento de pequenos comércios.

O projeto do Perímetro de Irrigação do Salitre, iniciado em 2010 e com a primeira etapa concluída somente em 2020, trouxe consigo aspectos negativos. Com 5.023 hectares de área irrigável, essa iniciativa promovida pelo Estado resultou em mudanças nos sistemas de produção locais, impactando os modos de vida das comunidades, fomentando a especulação fundiária e intensificando os conflitos agrários.

Nesse contexto, outra problemática do agronegócio foi a ampliação da empresa Agrovale, que destruiu centenas de hectares de Caatinga e adotou um sistema de irrigação inadequado às condições do Semiárido, utilizando uma quantidade excessiva de água. A empresa paga pouco pelo consumo da água e emite fumaça que invade as casas, deixando rastros de fuligem. Há anos, a queima da cana realizada pela Agrovale compromete a saúde da população, agravando ainda mais os impactos socioambientais na região.

Ressalta-se, também nesse contexto, que a expansão do agronegócio nesse período resultou no aumento do número de lojas especializadas na venda de agrotóxicos. Inicialmente voltado para os grandes empresários, o uso desses produtos passou a ser adotado também na agricultura familiar, tornando-se cada vez mais comum. A disseminação desse modelo de produção trouxe graves consequências ambientais e impactos negativos à saúde da população.

Além dessas transformações, a presença da mineração nos territórios tem gerado preocupações, principalmente em áreas ocupadas por comunidades tradicionais. Durante esse período, pesquisadores acessaram essas localidades para coletar amostras de solo, muitas vezes sem a devida autorização dos moradores, provocando conflitos e questionamentos sobre o respeito à autonomia e aos direitos dessas populações. Além dos riscos de contaminação das águas e do solo, essa exploração intensificou as disputas por terra. Em regiões como a do Rio Salitre, na comunidade Pedras do Cavalo, o projeto de extração de enxofre e minerais sulfetados gerou muitos conflitos nas localidades.

4.4 Trajetória histórica de Juazeiro (2016-2024)

O contexto político nacional no início desse período foi marcado pelo golpe de Estado contra a democracia e a nação brasileira. A presidenta eleita Dilma Rousseff foi impedida de continuar no governo executivo nacional, acusada de cometer pedaladas fiscais – acusações das quais ela foi inocentada posteriormente. Essa ruptura no pacto democrático brasileiro foi o início de um retrocesso em termos sociais, econômicos, ambientais, jurídicos, políticos, e também pavimentou o caminho para a ascensão do fascismo.

O golpe impactou diretamente todas as organizações democráticas e a agricultura familiar. O MDA foi extinto e o controle das políticas setoriais foi retomado pelas elites rurais do país, rebaixando a agricultura familiar na política institucional. Esse retrocesso foi acentuado no mandato de Jair Bolsonaro (2019-2022), período marcado por uma série de retrocessos e medidas impopulares, como a liberação recorde de agrotóxicos e o descaso com os mais vulneráveis.

Apesar do contexto desfavorável, houve nesse período alguns acontecimentos diretamente ligados à agricultura familiar e à produção de alimentos. Iniciado em 2016 no município, o Projeto Pró-Semiárido passou a atuar em Juazeiro em 2016. A iniciativa, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e financiada pelo governo estadual e pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), conta com a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) como responsável pela execução, em parceria com o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA). Por meio do projeto, 840 agricultores e agricultoras do município receberam assessoria técnica nesse período.

Com o apoio do projeto Pró-Semiárido e a partir da mobilização das organizações de ATER, surgiram as feiras agroecológicas (2017), que tiveram um papel fundamental na valorização e comercialização dos produtos da agricultura familiar. As feiras continuam sendo espaços importantes para fortalecer a economia local e promover a agroecologia como modelo de produção no Semiárido.

Imagem 11: feira agroecológica em Juazeiro (BA).



Fonte: acervo IRPAA (2024).

Um avanço significativo em 2016 foi o reconhecimento oficial do Estado das comunidades quilombolas do Rodeadouro e Alagadiço, possibilitando o acesso a políticas públicas que atendam suas demandas e necessidades. O reconhecimento fortalece a luta dessas comunidades pela preservação de sua identidade e por direitos que garantam o bem-viver.

Ainda em 2016, aconteceu a extinção da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), após 50 anos de serviços prestados na assistência técnica, extensão rural e pesquisa agropecuária, causando grande prejuízo aos agricultores e agricultoras do Estado da Bahia. A decisão de fechamento, tomada pelo governador Rui Costa (PT), foi justificada como parte de uma política de corte de gastos, afetando diretamente o apoio técnico das atividades agrícolas em diversas regiões.

O município enfrenta diversos problemas ambientais e estruturais, como a falta de drenagem adequada para o escoamento das águas durante os períodos chuvosos e a ausência de saneamento básico, que também contribui para o entupimento de tubulações e bueiros. A grande enchente de 2016 fez com que transbordassem riachos urbanos e rurais, além de açudes. Como resultado, dezenas de famílias perderam suas residências, especialmente no bairro Angari, um dos mais antigos da cidade e tradicionalmente habitado por pescadores artesanais. Foram também afetadas as comunidades ribeirinhas mais distantes da sede, que ficaram submersas, a exemplo da localidade do Rodeadouro.

Dentro da dimensão do conhecimento e da educação, em 2016 foi implantado o Curso Técnico Profissionalizante de Agropecuária na Escola Rural de Massaroca (ERUM), localizada na comunidade de Lagoinha. A extensão do Centro Técnico de Educação Profissional (CETEP) atende a demanda de jovens das comunidades de Massaroca e regiões vizinhas, oferecendo cursos técnico-profissionalizantes em agroecologia e agropecuária, voltados para a qualificação e o fortalecimento das práticas agrícolas locais.

No mesmo momento, outras pautas da educação contextualizada avançaram no município, como as diretrizes de Educação para a Convivência com o Semiárido. Essas diretrizes têm como princípio a valorização dos saberes locais, considerando o contexto em que os sujeitos vivem, seja no campo ou na cidade. Essa proposta busca criar condições para que os alunos aprendam a dialogar com o conhecimento acumulado ao longo do tempo, permitindo abordagens que promovam atitudes, comportamentos e práticas mais equilibradas e reflexivas na relação com o meio. Dessa forma, objetiva fortalecer a autonomia dos alunos, para que possam refletir e propor soluções adequadas às características do Semiárido.

Na educação de nível superior, foi implantado o Instituto Federal da Bahia (IFBA). O campus do IFBA em Juazeiro teve suas atividades iniciadas em 2010, como um núcleo avançado de Paulo Afonso. Em 2016, o campus foi oficialmente inaugurado, oferecendo os cursos de Técnico em Segurança do Trabalho (na forma subsequente) e Técnico em Administração (na forma integrada ao ensino médio). Desde então, o IFBA tem contribuído para a formação de profissionais qualificados, com foco na educação técnica e tecnológica para a região.

Já na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), foi criado o Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR/UNIVASF) com o propósito de ser um espaço de formação para profissionais da área de assistência técnica e extensão rural, além de áreas correlatas ao meio rural. O programa visa capacitar agentes interessados na transformação do meio rural, suas comunidades e na diversidade dos grupos populacionais presentes nas novas ruralidades existentes no Brasil e no mundo.

Um pouco depois, em 2019, a UNIVASF criou o primeiro programa de doutorado profissional em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial do país. Este programa tem sido

essencial para diversos grupos sociais, organizações da sociedade civil e setores acadêmicos, ampliando o enfoque nas questões centrais da Convivência com o Semiárido e promovendo a agroecologia e a transição agroecológica em toda a região do sertão do São Francisco. Os Programas de Pós-Graduação Profissionais (Mestrado e Doutorado) realizam estudos integrados à prática de profissionais de diferentes áreas, com o propósito de desenvolver pesquisas e intervenções voltadas a demandas sociotécnicas variadas.

Também como avanço, a Prefeitura de Juazeiro instituiu em 2018 o Serviço de Inspeção Municipal e o Selo de Inspeção Municipal (SIM)⁹. Com a criação do SIM, os/as criadores/as de caprinos e ovinos puderam organizar melhor sua produção, beneficiando-se da oportunidade de garantir a comercialização da carne caprina em mercados locais e mercados institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Outra conquista no ano de 2018 foi a criação do Entrepasto de Ovos da Caatinga, da Cooperativa Agropecuária Familiar de Massaroca e Região (COOFAMA). Esse entreposto foi o primeiro empreendimento da agricultura familiar a receber certificação. A construção representou um marco, gerando bons resultados para os agricultores e agricultoras da região, ao garantir a qualidade dos produtos e ampliar as possibilidades de comercialização.

Imagem 12: entreposto de ovos, na comunidade tradicional Fundo de Pasto, Canoa (BA).



Fonte: acervo IRPAA (2024).

⁹O Serviço de Inspeção Municipal é um órgão que fiscaliza e certifica a qualidade e segurança dos alimentos produzidos no município. O Selo de Inspeção Municipal (SIM) é um certificado que atesta a qualidade sanitária e higiênica dos produtos alimentícios.

Como parte da discussão da política de regularização fundiária e do acesso à terra, é importante mencionar também o Assentamento Maria Simões, criado em 2018, que beneficia famílias com acesso à terra para o cultivo e outras atividades produtivas.

Dentro da perspectiva do meio ambiente, o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de Juazeiro foi aprovado em 2018, com propostas baseadas em uma tese de doutorado do Dr. Matteo, que defendeu a preservação de nove riachos da cidade: Macarrão, Malhada, Braço do Malhada, Desvio do Malhada, Mulungu, Leito Antigo do Riacho Mulungu, Canal Coberto da Vila Jacaré, e o Riacho João Freitas. O plano estabelece ações para a restauração desses riachos urbanos na área habitada da cidade, visando eliminar o esgoto presente em seus leitos e proibir qualquer ligação de esgoto doméstico direta. O projeto também impede a canalização e cobertura dos riachos, garantindo que permaneçam secos em períodos sem chuva, preservando sua função de drenagem natural das águas pluviais.

Outras ações voltadas ao meio ambiente foram realizadas neste período, como a criação da Área de Proteção Ambiental da Ararinha-azul (APA), Projeto de Lei 13.908 e o Parque Nacional Boqueirão da Onça. A APA da Ararinha-azul e o Refúgio de Vida Silvestre da Ararinha-azul foram estabelecidos nos municípios de Juazeiro e Curaçá. Essas unidades de conservação foram criadas com o objetivo de proteger o bioma da caatinga e promover a reintrodução da ararinha-azul (*Cyanopsitta spixii*) na natureza. A APA da Ararinha-Azul permite a realização de atividades sustentáveis, enquanto o Refúgio de Vida Silvestre é voltado para a proteção integral da fauna e flora, especialmente da ararinha-azul, espécie nativa da região e considerada em grave risco de extinção.

O Projeto de Lei Estadual 13.908/2018 estabelece como patrimônio biocultural as espécies do Licuri, do Ariri e do Umbu. O município de Juazeiro está entre os municípios baianos com grande potencial para o umbu, fruto nativo da região, que ocorre naturalmente. No entanto, essa espécie estava ameaçada devido ao desmatamento causado pela expansão de empreendimentos minerários e complexos solares.

O Parque Nacional Boqueirão da Onça¹⁰ foi criado com o objetivo de proteger a biodiversidade da Caatinga, incluindo sua flora e fauna, e garantir a sobrevivência de espécies ameaçadas de extinção. A região é habitat de diversas espécies, como a onça-pintada, a onça-parda, o tamanduá-bandeira, o tatu-bola, a arara-azul-de-lear, o beija-flor-de-gravata-vermelha, o pintassilgo-do-nordeste, a jacucaca, o arapaçu-beija-flor e o João-xique-xique. Além disso, o parque é de grande importância arqueológica, abrigando vários sítios que testemunham a presença humana na região ao longo dos séculos.

A conjuntura em 2019 se tornou mais difícil para a agricultura familiar e para a pauta agroecológica devido ao projeto fascista que chegou ao Governo Federal. A paralisação das atividades do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o desmonte de políticas públicas, como veto em parte do orçamento do PNAE, a extinção da Ouvidoria Agrária Nacional (espaço onde as famílias podiam fazer suas denúncias), são alguns exemplos da visão do governo fascista sobre a pauta agrária.

Outro fator importante da conjuntura nesse momento foi a pandemia de COVID-19. De 2019 até 2022, as comunidades rurais de Juazeiro enfrentaram desafios como a escassez de serviços de saúde, educação e dificuldades na comercialização dos produtos.

¹⁰Apesar da importância, o parque tem gerado impactos negativos para os/as atingidos, como, por exemplo, o não acesso à área para o cultivo e criação de animais.

Em nível local, outros acontecimentos negativos impactaram o município. Antes da pandemia, em 2019, o abatedouro de Juazeiro foi interditado por não cumprir as normas exigidas para operação, o que trouxe impactos para as famílias da região. Com o fechamento, muitas passaram a realizar os abates sem as medidas sanitárias adequadas, o que também implica riscos para a saúde pública, pois os alimentos podem ser comercializados sem a devida inspeção da vigilância sanitária.

Outro fato danoso nesse mesmo ano foi a expulsão e destruição do acampamento do Movimento Sem Terra Abril Vermelho. O assentamento, localizado no Salitre, abrigava cerca de 200 famílias, totalizando aproximadamente 800 pessoas, e todas tiveram suas casas demolidas. O acampamento, que ocupava uma área de cerca de 700 hectares, era bem estruturado, com padaria, mercearias, sorveterias, lanchonetes e uma escola que atendia 17 alunos, com três professores remunerados pelo município de Juazeiro. A principal atividade desenvolvida pelas famílias era a produção agrícola. O acampamento foi desapropriado devido à reivindicação da CODEVASF, que pleiteava a terra ocupada pelo movimento.

Outro impacto prejudicial sentido pelas comunidades foram as entradas das usinas eólicas em 2019, empreendimentos solares e minerários. A chegada dessas empresas trouxe um cenário de incertezas para as comunidades tradicionais, especialmente as de Fundo de Pasto, que habitam essas regiões há centenas de anos. A forma de instalação desses projetos tem impactado intensamente o modo de vida das famílias locais, gerando mudanças culturais e sociais preocupantes. Relatos apontam que, junto com esses empreendimentos, cresceram também casos de violência, de exploração sexual de meninas e mulheres, além do aumento no uso de drogas, o que amplia as vulnerabilidades sociais dessas comunidades.

O agricultor Pedro Duarte Conceição, mais conhecido como Pedrinho, da comunidade tradicional de Fundo de Pasto Cachoeirinha, participou das oficinas e destacou:

É uma preocupação muito grande que a gente tem pelas comunidades de Fundo de Pasto, porque tudo o que tem acontecido de ruim na região é em cima daquelas áreas. Parece que todo mundo quer tirar proveito, e nós vamos trabalhar em cima disso para que a gente, a cada dia, permaneça zelando pelos Fundos de Pasto, para que, no futuro, quem chegar veja que a gente sabe o que é um trabalho comunitário. (Pedro Duarte Conceição, da Comunidade Tradicional de Fundo de Pasto Cachoeirinha)

A chegada das linhas de transmissão em 2019 também foi vista como uma ameaça para as comunidades locais, especialmente devido à abordagem das empresas, que muitas das vezes enganam a população com promessas falsas e não respeitam o Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada. Em Juazeiro, empresas sondaram áreas na região de Massaroca, buscando informações e oferecendo dinheiro aos moradores para facilitar a entrada dos empreendimentos.

Em contrapartida, houve nesse período uma intensificação da produção agroecológica e uma expansão das áreas de recaatingamento. O município possui seis áreas: Malhada da Areia, Curral Novo, Assentamento São Francisco, Cipó, Jacaré e Caiçara. Essas áreas têm papel importante na regeneração do bioma Caatinga.

Durante a pandemia de COVID-19, muitos grupos e agricultores familiares, com o incentivo e acompanhamento do Projeto Pró-Semiárido, intensificaram suas atividades produtivas, alcançando um crescimento expressivo. Nesse período, a assistência técnica e extensão rural (ATER) continuou sendo oferecida de forma híbrida. As famílias das comunidades rurais passaram a investir no cultivo de frutíferas como o maracujá-da-caatinga e o umbu.



Fonte: acervo IRPAA (2024).

Além disso, houve um aumento no cultivo em quintais produtivos e na apicultura, atividade que se expandiu após a instalação de apiários coletivos, beneficiando comunidades tradicionais de Fundo de Pasto e assentamentos de reforma agrária.

Em 2020, a comunidade de Massaroca foi pioneira no município ao realizar o primeiro Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR) coletivo, em um território tradicional de Fundo de Pasto. Esse processo incentivou um aumento na procura pela regularização ambiental de áreas coletivas. No mesmo ano, teve a Certificação Orgânica Participativa, que ocorreu por meio do Sistema Participativo de Garantia (SPG), que envolve um processo coletivo em que grupos de agricultores e agricultoras organizados/as avaliam e concedem a certificação à produção de seus pares. Esse sistema é mais econômico e simplificado em comparação à contratação de auditorias externas, sendo igualmente reconhecido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA).

A partir da mobilização intensa do Conselho Municipal da Igualdade Racial (COMPIR) e da Frente Negra do Velho Chico, o ex-vereador Tiano Félix, agora vice-prefeito, apresentou um Projeto de Lei para instituir o Dia Municipal dos Povos de Terreiro em Juazeiro, aprovado por unanimidade. Em 2020, o prefeito Paulo Bomfim sancionou a Lei 2.983, que criou o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate ao Racismo Religioso, um marco para a cidade. Esse estatuto oferece diretrizes para promover ações educativas, orientações e medidas punitivas, visando reduzir as agressões sofridas pela comunidade preta e entidades religiosas, especialmente as de matriz africana.

Outra luta importante resultou na criação do núcleo norte do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), em 2020. O MAM surgiu no Pará, em luta contra a atuação da Vale, e atualmente está presente em 14 estados brasileiros. Seus objetivos incluem orga-

nizar territorialmente as populações em conflito com a mineração, tanto pelos impactos diretos da instalação e expansão de empreendimentos quanto pelos modelos de escoamento da produção, além de trazer a questão mineral no Brasil para o debate público. Em Juazeiro, o movimento atua com ações formativas junto a comunidades tradicionais, fortalecendo a organização local e a discussão dos impactos da mineração.

O ano de 2021 foi marcado pela implementação da primeira cozinha agroecológica, pela intensificação das atividades de turismo rural de base comunitária e pela criação da Comissão de Fundo de Pasto de Juazeiro. A cozinha agroecológica oferece às famílias, especialmente de comunidades rurais, uma oportunidade de incrementar sua renda por meio do beneficiamento de produtos como banana e tamarindo. A primeira unidade foi construída na região do médio Salitre, atendendo ao grupo de mulheres quilombolas da comunidade de Pau Preto.

Sobre o turismo rural de base comunitária, o município se destaca pelo seu potencial turístico, evidenciado por sua rica história, cultura e povo, além da presença do Rio Salitre, que deságua no Rio São Francisco. Entre os atrativos, destaca-se a Cachoeira do Salitre, um verdadeiro oásis na Caatinga, localizada na comunidade de Passagem do Sargento, no alto Salitre. O local atrai grupos interessados nas histórias locais e visitantes em busca de momentos de lazer e contato com a natureza.

Quanto à criação da Comissão de Fundo de Pasto de Juazeiro, esta se deu a partir da mobilização das comunidades de Fundo de Pasto do município. Ela desempenha um papel fundamental ao dialogar com as comunidades e fortalecer a conscientização sobre seus direitos, principalmente no que diz respeito à garantia do bem-viver em seus territórios.

Entre 2022 e 2023, foi inaugurado o Armazém da Caatinga¹¹, que facilitou a comercialização dos produtos de mais de 20 empreendimentos da agricultura familiar e da economia solidária do Território Sertão do São Francisco e de outras regiões da Bahia.

Imagem 14: Armazém da Caatinga, na Orla Nova de Juazeiro (BA).



Fonte: acervo IRPAA (2024).

¹¹O Armazém da Caatinga foi construído por meio do Pró-Semiárido, com financiamento do FIDA.

Em 2022, aconteceu a construção do Protocolo de Consulta Prévia¹², Livre e Informada da Comunidade de Fundo de Pasto Caboclo. Esse protocolo é um documento construído pela comunidade e estabelece regras para consulta a serem seguidas por organizações, empresas e pelo Estado. Essa construção fortaleceu a comunidade contra aos assédios dos grandes empreendimentos, como a construção de linhas de transmissão de energia por empresas estrangeiras.

Ainda em 2022, foi inaugurada a Casa da Mulher Rural, que oferece atendimento especializado para mulheres residentes nas áreas rurais do município. Tem como proposta acolhê-las enquanto acessam serviços essenciais na sede, como saúde, assistência social e previdência.

No ano de 2022 houve mais uma eleição presidencial, marcada pela disputa entre um projeto fascista e golpista, de um lado, e um projeto democrático, de outro. As forças democráticas venceram nas urnas, trazendo esperança para as políticas públicas voltadas à agroecologia e agricultura familiar.

Em 2023, movimentos sociais, comunidades tradicionais, povos quilombolas, ribeirinhas e organizações da sociedade civil realizaram uma audiência popular contra a proposta de redução das áreas de preservação permanente (APP) do Rio São Francisco, que passariam de 500m para 100m.

No mesmo ano de 2023, ocorreu a construção e inauguração de outro importante espaço para a comercialização de produtos da agricultura familiar: o Quiosque Umbuzada, que se tornou ponto fundamental para esse comércio. É gerido pela Cooperativa Agropecuária Familiar de Massaroca e Região (COOFAMA) e fortalece a economia local, oferecendo aos agricultores familiares mais um ponto de venda direto.

Ainda em 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por maioria, derrubar o marco temporal para o reconhecimento das comunidades de Fundo de Pasto na Bahia. A legislação estadual, estabelecida pela Lei nº 12.910/2013, fixava o ano de 2018 como prazo para as comunidades solicitarem o reconhecimento de seus territórios, após o qual o direito de autorreconhecimento expiraria. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5783), movida pela Procuradoria Geral da República (PGR), questionou a validade desse marco temporal. A

Imagem 15: Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada da comunidade.



Fonte: acervo IRPAA (2024).

¹²A Consulta Prévia, Livre e Informada é um direito previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT): os Povos e Comunidades Tradicionais devem ser consultados antes de qualquer decisão que afete os seus territórios e seus direitos coletivos.



Fonte: acervo IRPAA (2024).

decisão do STF preservou os direitos das comunidades tradicionais, garantindo que possam continuar a se autorreconhecer e assegurar seus territórios.

O projeto Canal do Sertão Baiano foi anunciado nos anos anteriores e está avançando desde 2024. Essa obra é um sistema hídrico de distribuição de água bruta, com captação no rio São Francisco, na área do Projeto de Irrigação Salitre, destinado a garantir a segurança hídrica das bacias hidrográficas Salitre, Tourão/Poções, Itapicuru, Jacuípe e do município de Uauá. No entanto, a população teme que esse seja apenas mais um projeto que beneficie os grandes empreendimentos de irrigação, sem atender efetivamente as famílias, como deveria. Isso se torna ainda mais preocupante considerando a experiência de outros projetos que prometiam fornecer água às comunidades, mas, na prática, não atenderam às populações mais carentes.

Com o governo Lula, políticas públicas estruturantes voltadas para o povo começaram a ser retomadas, entre elas, o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), parte do programa Minha Casa, Minha Vida. Regulamentado pelo Ministério das Cidades, o PNHR (2024) atende à população rural, incluindo agricultores familiares, trabalhadores rurais e membros de comunidades tradicionais, como Fundo de Pasto, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos e indígenas. Essa retomada visa garantir moradia digna a essas populações, fortalecendo a permanência no campo e o direito à habitação.

Em 2023, a retomada do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) surgiu como uma oportunidade para fortalecer atividades produtivas nas famílias rurais, promovendo a produção de hortaliças, frutas e a criação de pequenos animais. Nessa nova fase, 91 cisternas de produção com capacidade para armazenar até 52 mil litros de água da chuva foram instaladas em comunidades do município.

Importa também destacar a regulamentação da Lei Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica da Bahia, uma conquista que teve a participação das organizações da sociedade civil e das redes de agroecologia.

As mudanças climáticas, que também apareceram como grande desafio, representam uma preocupação crescente para a agricultura familiar, que têm seu modo de vida ameaçado pelos impactos intensificados da ação humana. O desmatamento e as queimadas de grandes áreas

para atividades agrícolas têm acelerado o processo de desertificação, agravando as condições ambientais no Semiárido e dificultando a convivência com o território.

Imagem 17: regulamentação da Lei Estadual da Agroecologia e Produção Orgânica.



Fonte: acervo IRPAA (2024).

4.5 Análise dos aspectos determinantes para as principais mudanças na trajetória dos sistemas agroalimentares em Juazeiro (BA) a partir de 2000

A trajetória histórica dos sistemas agroalimentares no município de Juazeiro revela transformações marcantes, fortemente influenciadas pelas dinâmicas políticas e sociais no Brasil. A partir de 2003, durante o Governo Lula, houve um incremento significativo nas políticas públicas direcionadas à agricultura familiar no Semiárido. Programas como o P1MC e o P1+2, elaborados em articulação com a ASA, destacaram-se por ampliar o acesso à água para consumo humano e produtivo em uma região caracterizada pela escassez hídrica. Outras iniciativas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), trouxeram impactos expressivos ao fomentarem a segurança alimentar e nutricional, bem como a dinamização econômica na agricultura familiar. Soma-se a isso o fortalecimento da Assessoria Técnica e Extensão Rural (ATER), que estruturou o suporte técnico necessário para práticas agroecológicas adaptadas às especificidades locais.

Nesse contexto, consolidou-se uma demanda por mercados municipais que, por meio de articulação política, resultou na criação de iniciativas relevantes para o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia. Entre as ações, destacam-se o Entrepasto de Ovos na comunidade tradicional Fundo de Pasto Canoa, o Armazém da Caatinga, as feiras agroecológicas, a implementação da primeira cozinha agroecológica do município, além da obtenção de certificações como o Selo de Inspeção Municipal (SIM) e o Selo de Certificação Orgânica Participativa. Essas iniciativas reforçaram as práticas agroecológicas e aprofundaram os debates sobre a Convivência com o Semiárido, contribuindo para a valorização das cadeias produtivas locais e dos modos de vida tradicionais.

O golpe que depôs a presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e os cortes nos investimentos federais durante o mandato de Jair Bolsonaro resultaram em uma redução do alcance das

políticas públicas voltadas às populações do campo, gerando impactos sobre as condições de vida e produção dessas comunidades. No entanto, o início do novo governo Lula, em 2023, trouxe perspectivas de retomada das políticas voltadas ao Semiárido, incluindo a reativação de programas como o P1MC e P1+2, reafirmando o compromisso com a ampliação de direitos sociais básicos.

Vale salientar que as políticas públicas implementadas no município de Juazeiro foram resultado de uma base social construída a partir da chegada de Dom José Rodrigues e da atuação histórica da Diocese de Juazeiro em prol das comunidades do campo. A criação de organizações como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o IRPAA desempenhou um papel fundamental na formação de uma rede de mobilização social que, por meio da luta por direitos, viabilizou a formulação e implementação de políticas públicas voltadas às demandas dos territórios rurais. A trajetória evidencia o papel estratégico dos movimentos do campo, da luta popular e das ações articuladas em rede na incidência política para a construção de políticas públicas que promovam mudanças significativas na realidade rural.

No contexto dessa construção histórica de base popular, destaca-se também o papel do movimento por uma educação contextualizada, no qual Juazeiro assumiu protagonismo na formulação das diretrizes hoje em vigor. A partir das formações promovidas por Paulo Freire e Dom José Rodrigues, avançaram iniciativas como a criação da Escola Rural Municipal de Massaroca (ERUM) em 1995. Esse compromisso foi ampliado com as escolas de formação em Convivência com o Semiárido, organizadas pelo IRPAA, e a produção de materiais didáticos adaptados. Essas ações culminaram nas Diretrizes de Educação para Convivência com o Semiárido, consolidando uma educação voltada para as especificidades regionais.

Entre as questões mais desafiadoras para Juazeiro, destacam-se o conflito entre os modos de vida tradicionais e o avanço de empreendimentos de grande escala, como o agro-negócio, a mineração e os projetos de geração de energias renováveis, a exemplo de usinas solares, eólicas e linhas de transmissão. Esses empreendimentos, ao ocuparem territórios das comunidades, provocam o desmantelamento das práticas culturais e econômicas locais, além de impactos negativos sobre o bioma Caatinga. Nesse contexto, a metodologia do recatamento surge como uma estratégia de resistência, voltada à conservação ambiental e à valorização dos territórios comunitários.

A análise dos sistemas agroalimentares de Juazeiro demonstra que as conquistas obtidas a partir de políticas públicas integradas e mobilização social são constantemente atravessadas por desafios estruturais e conjunturais. A construção de alternativas para os territórios rurais do município depende de articulações entre atores sociais diversos, de um compromisso político contínuo e de ações que conciliam a conservação ambiental com a valorização dos modos de vida locais.

5. Principais avanços, desafios, temas prioritários e ações estratégicas para a incidência política no município

5.1 Avanços

A partir das políticas públicas implementadas pelo Estado e da atuação das organizações da sociedade civil, é possível registrar alguns avanços, como o acesso e a garantia do percentual mínimo de compra da agricultura familiar no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esses programas representam um canal de comercialização que contribui para o aumento da renda das famílias agricultoras, além de assegurar uma alimentação de qualidade nas escolas e em outros espaços.

A Assessoria Técnica e Extensão Rural (ATER) voltada para públicos específicos tem representado um avanço em Juazeiro, contribuindo para a inclusão e o fortalecimento de grupos que historicamente enfrentaram desafios para acessar recursos e conhecimentos técnicos. A ATER para mulheres, por exemplo, tem sido importante para garantir que elas recebam orientações adequadas às suas necessidades, promovendo a igualdade de gênero e o empoderamento feminino no campo.

A elaboração das Diretrizes Municipais de Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido, em Juazeiro, trouxe ganhos no cenário educacional, pois visa a uma educação que dialoga com a realidade do município, levando em consideração os desafios e possibilidades do Semiárido. Essa proposta trabalha na perspectiva da construção da contextualização da educação escolar, tendo como eixos temáticos: gestão educacional, formação continuada, currículo contextualizado e material didático contextualizado.

Em relação à implementação e ampliação da metodologia do recaatingamento, idealizada pelo IRPAA, seis comunidades tradicionais de Fundo de Pasto — Malhada da Areia, Curral Novo, Assentamento São Francisco, Cipó, Jacaré e Caiçara — tiveram áreas de Caatinga recuperadas, possibilitando o retorno de aves, répteis e mamíferos nativos desse bioma. Esse processo representa a valorização da Caatinga em Pé, reconhecendo os povos e comunidades tradicionais como guardiões desse bioma e de sua biodiversidade. Dessa forma, reforça-se a possibilidade de conciliar a presença humana com o ambiente natural, contribuindo para a manutenção e a recuperação dos sistemas físicos e biológicos da Caatinga, com a participação direta das comunidades na identificação das áreas em maior estado de degradação a serem restauradas.

A criação da Central de Comercialização de Cooperativas da Caatinga (Central da Caatinga) tem possibilitado avanços importantes, como o fortalecimento e a organização das cooperativas, contribuindo para a geração de renda e a ampliação dos mercados para a produção de agricultores e agricultoras familiares do Semiárido Brasileiro. Além disso, com o apoio do IRPAA, do Projeto Pró-Semiárido e do FIDA, foi inaugurado o Armazém da Caatinga, um espaço dedicado à comercialização de alimentos da agricultura familiar, com foco em produtos orgânicos e agroecológicos das cooperativas. Esse armazém também desempenha um papel importante no beneficiamento dos frutos da Caatinga, na criação de empregos e no aumento da renda das famílias agricultoras, além de favorecer os consumidores ao disponibilizar alimentos de qualidade e com origem garantida.

Pode-se citar, também, que a Política Estadual de Convivência com o Semiárido, na Bahia, gerou avanços como a regulamentação da Lei de Convivência com o Semiárido, que estabelece normas para a implementação da política e dá maior visibilidade à temática no estado. Outro marco foi a Lei da Agroecologia e Produção Orgânica, que promove ações e práticas agroecológicas, buscando ampliar os investimentos nesse segmento, com o objetivo de fomentar a produção, a comercialização e o consumo de alimentos saudáveis, ao mesmo tempo em que contribui para a conservação ambiental. Tais políticas e leis só foram possíveis a partir da incidência de organizações e redes que pressionaram para que fossem criadas e agora efetivadas.

Cabe citar também a Política Estadual de Convivência com o Semiárido na Bahia, que resultou em avanços como a regulamentação da Lei de Convivência com o Semiárido, estabelecendo diretrizes para sua implementação e ampliando a visibilidade dessa temática no estado. Outro marco foi a Lei da Agroecologia e Produção Orgânica, que promove ações e práticas agroecológicas, buscando ampliar os investimentos nesse segmento, com o objetivo de fomentar a produção, comercialização e consumo de alimentos saudáveis, ao mesmo tempo em que contribui para a conservação ambiental. Essas políticas e legislações só foram possíveis a partir da incidência de organizações e redes, que pressionaram para que fossem criadas e agora efetivadas.

Por fim, ressalta-se a construção do Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada, realizada com apoio do IRPAA junto à Comunidade Fundo de Pasto Caboclo. A comunidade vem sendo ameaçada por grandes empreendimentos de mineração e geração de energia. Esse protocolo, o primeiro realizado na região, abriu caminho para que outras comunidades, também ameaçadas, elaborassem os seus próprios protocolos. Os documentos registram a história das comunidades, valorizam a escuta coletiva e se tornam instrumentos de defesa dos territórios diante da ameaça de empreendimentos que destroem a Caatinga e os modos de vida tradicionais. Além disso, servem como base para reivindicações e ações jurídicas, garantindo que os direitos das comunidades sejam respeitados em processos de tomada de decisão que envolvem seus territórios.

5.2 Desafios

Os desafios registrados, também considerando as políticas públicas e a incidência das organizações da sociedade civil, incluem: a autodeclaração da propriedade, que facilitou os processos de grilagem de terras; a falta de ATER continuada, que gera interrupções nos processos de formação dos/as agricultores/as; a ausência de acompanhamento, que prejudica o processo de produção agroecológica; além da dificuldade na chegada de algumas informações às comunidades rurais.

A expansão dos grandes empreendimentos de energias renováveis, a ampliação do agronegócio e o uso de agrotóxicos também representam desafios enfrentados no município de Juazeiro. Esses empreendimentos destroem a Caatinga e prejudicam as comunidades e a sociedade de maneira geral, nos âmbitos social, ambiental, cultural e de saúde. No entanto, continuam a receber investimentos do governo estadual e federal, o que contraria as políticas de conservação e valorização da Convivência com o Semiárido. Dessa forma, vive-se em uma constante disputa por recursos e narrativas, até mesmo dentro dos próprios governos.

Outro fator considerado um grande desafio nesse contexto é a desarticulação das associações comunitárias. Essa situação enfraquece a luta das comunidades, que se tornam

mais vulneráveis às ameaças dos grandes empreendimentos, além de aumentar as dificuldades para acessar políticas públicas (como o PAA e o PNAE) e para elaborar projetos, por exemplo.

Além disso, alguns espaços de decisão para a construção de políticas públicas, como os conselhos municipais das últimas gestões, eram restritos e não contavam com representação efetiva da sociedade civil, o que dificultava a inclusão de temas de interesse das comunidades rurais. A falta de efetivação de políticas públicas já existentes, como o PAA e o PNAE, também agrava a situação, pois é necessário garantir que essas políticas cheguem às populações. Além disso, algumas gestões municipais não priorizam as pautas da agricultura familiar.

5.3 Perspectivas para incidência política nos municípios

Iniciativas necessárias para a ampliação das ações que existem nos territórios, voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, da agroecologia, da Convivência com o Semiárido, das redes territoriais de agroecologia e dos dispositivos de ação coletiva:

- **maior divulgação da existência e finalidade das redes:** fortalecer a visibilidade das redes compostas de organizações da sociedade civil é uma forma de mostrar a importância dessas articulações na conquista de políticas públicas, por meio da incidência em espaços consultivos e deliberativos;
- **melhor utilização das mídias digitais:** ampliar a divulgação das narrativas locais baseadas na Convivência com o Semiárido, considerando que as mídias sociais são espaços de disputa de narrativas e exercem influência na construção de discursos. Além disso, essas plataformas são estratégicas para a incidência política, garantindo visibilidade às pautas da agroecologia e da Convivência com o Semiárido;
- **seminários e encontros com a sociedade civil:** criar espaços de discussão sobre as conjunturas políticas e seus impactos diretos na Agricultura Familiar, Agroecologia e Convivência com o Semiárido. Esses debates são essenciais para a compreensão dos processos políticos e para a construção de estratégias de incidência;
- **reativação das associações comunitárias:** estimular a mobilização das comunidades para fortalecer os dispositivos de ação coletiva e ampliar a participação das lideranças comunitárias nos conselhos municipais;
- **Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada:** provocar a construção de protocolos nas comunidades rurais como instrumento de defesa dos territórios diante das recorrentes ameaças de grandes empreendimentos de energia renovável (usinas eólicas e fotovoltaicas) e mineração;
- **audiência pública:** mobilizar organizações da sociedade civil e o poder público para a realização de uma audiência pública, com o objetivo de reivindicar mais investimentos para a agricultura familiar em Juazeiro;
- **saneamento rural:** buscar soluções para a falta de coleta de lixo nas comunidades rurais, por meio de diálogo com o Conselho Municipal do Meio Ambiente (CMMA), e para a dificuldade de acesso à água potável, em articulação com a Comissão da Água em Juazeiro.

Políticas públicas a serem priorizadas para impulsionar/fortalecer os sujeitos coletivos e os dispositivos de ação coletiva da agricultura familiar, e para democratizar o acesso a alimentação saudável:

- **fortalecer mercados institucionais:** cobrar que município e estado ampliem a compra de alimentos da agricultura familiar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), assegurando tanto a comercialização da produção das famílias agricultoras quanto a oferta de alimentos de qualidade;
- **P1MC e P1+2:** garantir a continuidade e ampliação do Programa 1 Milhão de Cisternas e do Programa Uma Terra e Duas Águas, assegurando o acesso à água de consumo e produção para as comunidades rurais;
- **ATER voltada a públicos específicos e continuada:** implementar um modelo menos burocrático e mais eficaz de assessoria técnica, contextualizado às realidades atuais das comunidades atendidas, garantindo o acompanhamento contínuo e a melhoria das condições de produção;
- **ampliação do crédito para jovens e mulheres rurais:** expandir o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), ampliando o acesso a esse público, para incentivar a permanência e a continuidade das atividades produtivas no campo;
- **efetivação das políticas existentes no estado:** garantir que a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO) e a Política Estadual de Convivência com o Semiárido (PECSA) sejam realmente implementadas e cheguem às populações do Semiárido;
- **criação, implementação e efetivação da Política de Regularização Fundiária e da Política de Desenvolvimento Territorial:** regularizar a situação fundiária das terras ocupadas por comunidades rurais, tradicionais, indígenas, quilombolas e urbanas, com o objetivo de garantir a segurança jurídica e a posse legal dessas terras, promovendo a justiça social e a conservação ambiental.

Prioridades de incidência política para avançar em projetos de fortalecimento da agricultura familiar, agroecologia e Convivência com o Semiárido:

- **criação de uma lei municipal de agroecologia:** a lei refletirá o compromisso do município com os princípios ecológicos e sociais, visando criar e/ou fortalecer sistemas agrícolas mais resilientes, diversificados e justos;
- **compromisso municipal com a educação contextualizada para a Convivência com o Semiárido:** por meio da realização de formações para gestores/as e professores/as sobre educação contextualizada para a Convivência com o Semiárido, tanto nas zonas rurais quanto urbanas, contribuindo para a construção de uma visão mais diversificada sobre a região Semiárida nos espaços educativos;
- **maior estrutura e incentivo para as feiras agroecológicas municipais:** as feiras são espaços de comercialização que fortalecem a agricultura familiar e possibilitam o acesso do público a alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos, além de incentivarem o cultivo de hortas urbanas e periurbanas;

- **criação de programas municipais para caprinocultura e ovinocultura:** com o objetivo de incentivar e fortalecer a criação de caprinos (Moxotó, Canindé, Azul, Repartida, Marota e Parda Sertanejo) e ovinos (Morada Nova Vermelha, Rabo Largo e Cariri) de raças naturalizadas. Além disso, é necessário buscar soluções para a falta de abatedouros no município, situação que prejudica a comercialização, pois os animais não passam por vistoria sanitária e são abatidos de forma irregular;
- **realização e cumprimento dos Protocolos de Consulta Prévia pelos órgãos municipais:** uma forma de garantir que as comunidades sejam ouvidas antes da implementação de qualquer empreendimento que possa impactar a vida local;
- **transformação do recaatingamento em política pública municipal:** garantir a recuperação e conservação da Caatinga, bioma exclusivamente brasileiro, que é constantemente degradado em prol do capital, além de contribuir para a permanência das pessoas nas comunidades rurais;
- **incentivo ao beneficiamento:** com foco na criação e fortalecimento de agroindústrias comunitárias para o beneficiamento de plantas nativas da Caatinga, visando à comercialização da produção;
- **manutenção e limpeza das aguadas:** cobrar que a gestão municipal realize periodicamente a limpeza das aguadas, como barragens, tanques e açudes, para garantir maior qualidade e quantidade de água para as comunidades rurais durante os períodos de estiagem.

5.4 Considerações finais

A partir das informações e reflexões deste estudo, é possível verificar muitos avanços em torno da transição agroecológica no município de Juazeiro, embora ainda existam muitos desafios a serem enfrentados. Esse cenário requer a participação social ativa das lideranças comunitárias nos espaços de decisão e construção de políticas públicas. Como foi verificado ao longo deste estudo municipal, muitas das políticas públicas foram efetivadas por meio das organizações sociais e redes, possibilitando a transformação social na vida de milhares de famílias no Semiárido brasileiro.

Bibliografia

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**: compras da agricultura familiar. FNDE, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 15 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017/resultados-definitivos>. Acesso em: 12 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**: resultados gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9922>. Acesso em: 12 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**: Juazeiro. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/juazeiro.html>. Acesso em: 12 mar. 2025.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**: Território Sertão do São Francisco. Fórum do Território Sertão do São Francisco. Bahia: Seplan, 2008. Disponível em: <https://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/PTDS-Sertao-do-Sao-Francisco.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2025.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Sistema de Visualização de Dados do Governo Federal**. Brasília: MDS, 2025. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

Realização



Com apoio de



Ministério Federal
da Agricultura, Alimentação
e Identidade Regional

em virtude de decisão
do Bundestag Alemão



Realização



Com apoio de



Ministério Federal
da Agricultura, Alimentação
e Identidade Regional

em virtude de decisão
do Bundestag Alemão